



Assembleia Municipal de Sesimbra

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SESIMBRA,
REALIZADA NO DIA 23 DE ABRIL DE 2019

-----Aos vinte e três dias de abril de 2019, no Auditório Conde de Ferreira, realizou-se a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Sesimbra (AMS), sob a presidência da Sr.ª Joaquina Odete Martins da Graça, e secretariada pelos Srs. João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso e Maria da Conceição Nero Gonçalves, Primeiro e Segunda Secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-

- 1. Apreciação da Atividade Municipal;**-----
-----**2. Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respetiva Avaliação e Prestação de Contas'2018 e Aplicação do Resultado Líquido do Exercício'2018.**-----

-----Feita a chamada verificaram-se as seguintes presenças: -----

-----Pelo Grupo Municipal (GM) da CDU - Joaquina Odete Martins da Graça; João Carlos do Carmo Valente; Paula Alexandra Cacela da Conceição Graça Rodrigues, Rui João Graça Rodrigues; Fernando José Mestre Patrício; Sandra Marília Martins Rodrigues de Carvalho, João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso; José da Costa Ferreira Braga e Sónia Patrícia Narciso Faria Lopes. -----

-----Pelo Grupo Municipal do PS – Sérgio Miguel Redondo Faias, Pedro Miguel dos Santos Mesquita, João Filipe Paulo Pólvora; Andredina Gomes Cardoso; Paulo do Carmo de Sá Caetano; Faustino Marques e Afonso Manuel Cardoso Pessoa. -----

-----Pelo Grupo Municipal MAIS SESIMBRA (PPD/PSD.CDS-PP) – José Manuel Lobo da Silva e Maria da Conceição Nero Gonçalves;-----

-----Pelo Grupo Municipal do MSU - Nuno Miguel Veiga Pinto Ribeiro e João Carlos Guimarães Rodrigues;-----

-----Pelo Grupo Municipal do BE - José António Melo Nunes Guerra.-----

-----Compareceram ainda, a Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, Laura Maria Pinto Correia, o Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Vítor Ribeiro Antunes, e o Substituto da Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Ricardo Jorge Marques Dias. -----

-----Comprovada a existência de quórum, 24 presenças, a **Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a reunião eram vinte e uma horas e trinta minutos. -----

-----Verificaram-se também as presenças do Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra (CMS), Francisco Manuel Firmino de Jesus, bem como dos Vereadores, José Henrique Peralta Polido, Sérgio Manuel Nobre Marcelino, Américo Manuel Machado Gegaloto e Carlos Manuel Vicente Silva. -----

-----Justificou as ausências da Vice-Presidente, Felícia Maria Cavaleiro da Costa e do Vereador

Ata nº 21 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

Francisco José Pereira Luís, uma vez que se encontravam na cerimónia da tomada de posse da Direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Sesimbra.-----

-----Informou em seguida que as Deputadas, Bertina Pereira João Duarte e Luisa Margarida Cagica Carvalho, ambas do Grupo Municipal do PS, haviam solicitado as suas substituições por razões profissionais, sendo substituídas pelos Deputados, Faustino Marques e Afonso Manuel Cardoso Pessoa, respetivamente. A Presidente da Junta de Freguesia do Castelo também comunicara a sua substituição pelo tesoureiro Ricardo Jorge Marques Dias. -----

-----Continuando os trabalhos a **Presidente da AMS** cumprimentou todos os presentes e fazendo uma saudação especial ao público e à comunicação social presentes, declarou aberto o Período de Antes da Ordem do Dia (PAOD). -----

-----Perguntou depois se algum eleito pretendia colocar questões relativas à listagem do expediente recebido pela AMS desde a realização da segunda reunião da sessão extraordinária de março, mas nenhum deputado diligenciou intervir nesse sentido.-----

-----Passou em seguida a prestar algumas informações:-----

-----A primeira era respeitante ao documento que se encontrava na PAMS e que era do conhecimento de todos os deputados, que dizia respeito ao Relatório de Avaliação do Grau de Observância do Respeito pelos Direitos e Garantias dos titulares do Estatuto de Direito de Oposição relativo ao ano de 2017, mandato de 2017/2021. Era um documento remetido pela Câmara Municipal e comportava todas as questões que eram desenvolvidas naquele âmbito. -----

-----Referindo-se depois à realização do Seminário “Gestão, Modernização e Inovação nas Autarquias” que decorrera no passado dia 5 de Abril, informou que alguns colegas tinham estado presentes e outros, por razões da vida profissional, não tinham conseguido comparecer. Disse que a avaliação já realizada ao nível da Comissão de Líderes dos Grupos Municipais concluíra que tinha sido uma iniciativa de grande mérito, importância e sentido de oportunidade. A participação de muitos representantes de várias autarquias do País, inclusivamente dos Açores, tinha sido muito positiva, assim como também a participação dos técnicos da Câmara, que não só tinham tido a oportunidade, no período da manhã, de apresentar a alguns convidados e participantes, o trabalho que a própria Câmara Municipal desenvolvia nalguns setores, como também a sua presença no período da tarde fora extremamente enriquecedora do ponto de vista da reciprocidade de conhecimentos. -----

----- Também foi realçado o sentido de oportunidade e o bom contributo prestado pelos convidados presentes no Seminário, quer pelo conhecimento, quer pelas experiências de outras autarquias. -----

Ata nº 21 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Por fim o contributo que a AMS tivera a oportunidade de transmitir pela vivência e experiência de ser a única assembleia municipal certificada.-----

-----Também relativamente aos conteúdos tinham sido abordadas matérias que todos haviam considerado serem bastante oportunas. -----

-----O tratamento dos inquéritos de avaliação do seminário ainda não estava completamente finalizado mas oportunamente seria divulgado junto de todos os deputados. -----

----- Prosseguindo os trabalhos a Presidente da AMS referiu que nas duas últimas reuniões, 22 e 29 de Março tinham sido presentes no PAOD 2 conjuntos de documentos bastante significativos com várias matérias, sendo que grande parte desses documentos tinha baixado às respetivas Comissões.-----

----- As Comissões iriam criar modelos de aproximação com os contributos das várias forças políticas para que os mesmos documentos fossem presentes na próxima sessão para deliberação.-----

-----Seria extremamente útil para o bom funcionamento da Assembleia e até para quem assistia, que o teor dos documentos pudesse ser verificado pelos Grupos Municipais antes de ser apreciado no PAOD.

-----Há uns anos atrás os documentos eram praticamente entregues no momento da realização das sessões, o que provocava grande perturbação do ponto de vista da sua leitura, análise e também da sua própria deliberação. Considerando que não era o modelo correto fora entendimento que os mesmos devessem ser entregues cerca de 48 horas antes da sessão, mas mesmo assim, atendendo à necessidade de conciliação da atividade profissional com as funções de deputados na Assembleia Municipal passara para um período mais alargado para que houvesse uma oportunidade de reflexão sobre os documentos.

-----Esta situação fora analisada na Comissão de Líderes dos Grupos Municipais que concluíra que devia haver uma reflexão prévia dos documentos sendo que os contributos que se pudessem dar, quer ao Grupo Municipal proponente, quer à própria Comissão de Líderes, quer ainda ao nível dos Coordenadores das Comissões pudessem encontrar a convergência de interesses dos vários grupos políticos para a conclusão dos documentos.-----

-----Esta conclusão não retirava em nada aquilo que seria a apresentação pública dos documentos e as diferentes posições políticas, nem retirava o que eram os conteúdos dos documentos para uma boa compreensão para os munícipes que acompanhavam as sessões, para além da imagem de melhor eficácia dos trabalhos da AMS. Todos ganhariam com mais discussão, com mais controvérsia e ideias, mas por ventura, também com mais participação que seria desejada previamente e durante o PAOD. -----

-----Ficava portanto o desafio para uma participação mais ativa nos documentos. -----

-----Informou depois os munícipes presentes, que a sessão se dividia em 3 períodos distintos, o

Ata nº 21 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

Período de Antes da Ordem do Dia (PAOD), onde para além das informações iniciais eram apreciados e votados os documentos entregues pelos Grupos Municipais ou pelas Comissões; O Período de Intervenção aberto aos Cidadãos (PIAC) dedicado aos munícipes que pretendessem colocar alguma questão ou exposição, existindo um formulário próprio para preenchimento para quem pretendesse intervir, e o Período de Ordem do Dia (POD) onde eram apreciados e votados os documentos constantes da Ordem de Trabalhos.-----

-----Disse depois que a AMS tinha rececionado 3 documentos para o PAOD da sessão de hoje, subscritos pela Comissão de Líderes dos Grupos Municipais, a saber: o Voto de Pesar pelo falecimento de Manuel José de Jesus Chagas, o Voto de Pesar pelo falecimento do Pintor Albino Moura, e a Saudação ao 25 de Abril e 1.º de Maio.-----

-----Cedida a palavra à **Presidente da Junta de Freguesia de Santiago**, foi feita a leitura do Voto de pesar pelo falecimento de Manuel José de Jesus Chagas cujo teor se passa a transcrever:-----

-----*“No passado dia 14 de abril faleceu Manuel José de Jesus Chagas, de 74 anos de idade, vítima de doença prolongada, figura preponderante do Corpo Ativo da Real Associação de Bombeiros Voluntários de Sesimbra, homem isento, dedicado, inovador, dinâmico e empreendedor, empenhado na causa do voluntariado, no Lema Vida por Vida e pugnando sempre pela formação.*-----

-----*O Adjunto de Comando do QH Manuel Zé Chagas, como era reconhecido por todos, ingressou em setembro de 1967 no Corpo de Bombeiros Voluntários de Sesimbra como estagiário, detentor de um currículo brilhante que é um exemplo para as novas gerações, no qual se destaca:*-----

-----*Promoção a Bombeiro de 3.ª Classe em 1968;*-----

-----*Promoção a Bombeiro de 2.ª Classe em 1974;*-----

-----*Promoção a Bombeiro de 1.ª Classe em 1978;*-----

-----*Promoção a Subchefe em 1982;*-----

-----*Promoção a Chefe em 1986;*-----

-----*Passagem ao Quadro de Comando, no Posto de Adjunto de Comando, em 13 de dezembro de 2002;*-----

-----*Passagem ao Quadro de Honra em 22 de abril de 2005.*-----

-----*Formação relevante e especializada:*-----

-----*Chefe de Grupo de 1.ª Intervenção em Incêndios Florestais;*-----

-----*Laboratório Móvel de Fogo – Serviço Nacional de Bombeiros;*-----

-----*Curso de Quadros de Comando;*-----

Ata nº 21 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----*Combate a Incêndios Urbanos e Industriais – Seganosa – Espanha.*-----
-----*Recebeu as seguintes distinções:*-----
-----*Medalhas de Assiduidade Graus: Cobre, Prata, Ouro 20 anos da Liga dos Bombeiros Portugueses;*
-----*Medalha de Dedicção da Liga dos Bombeiros Portugueses;*-----
-----*Crachá de Ouro da Liga dos Bombeiros Portugueses;*-----
-----*Vários Louvores por assiduidade e desempenho em incêndios.*-----
-----*Foi um Homem infinitamente íntegro, que aceitou o desafio permanente de ser Bombeiro Voluntário abdicando do seu tempo, do seu sossego, porventura a maior prova de cidadania ativa, empenhada e dedicada ao serviço do bem comum.*-----
-----*Assim, a Assembleia Municipal de Sesimbra reunida a 23 de abril de 2019 delibera:*-----
-----*a) Apresentar à família de Manuel José de Jesus Chagas, esposa, filhas, genros, netos, e à Real Associação de Bombeiros Voluntários de Sesimbra, as suas mais sentidas condolências.*-----
-----*B) Mais se propõe recomendar à Câmara Municipal de Sesimbra que na celebração do Dia Municipal do Bombeiro seja atestada a título póstumo uma homenagem a este Soldado da Paz.”*-----
-----**A Presidente da AMS** referiu que no que respeitava à alínea b) os elementos da Comissão de Líderes dos Grupos Municipais haviam apresentado a sugestão de não configurar no documento na forma como estava apresentada, estando em cima da mesa duas alternativas: Substituir com o texto “considera a AMS que seria justa uma homenagem ao falecido Soldado da Paz no próximo dia municipal do Bombeiro”, ou então transformar a alínea b) numa Recomendação da Assembleia Municipal junto da Câmara, apesar dos documentos previstos para o PAOD já estarem definidos de acordo com as normas do Regimento.-----
-----Após auscultação de todos os Líderes dos Grupos Municipais foi consensual a apresentação de uma Recomendação no PAOD, ainda na presente sessão.-----
-----Submetido à votação, o Voto de Pesar pelo falecimento de Manuel José de Jesus Chagas já com a retirada da alínea b), mereceu aprovação unânime. A Assembleia Municipal guardou ainda um minuto de silêncio em sua memória.-----
-----Continuando os trabalhos a Presidente da AMS apresentou o Voto de Pesar pelo falecimento do Pintor Albino Moura que a seguir se transcreve:-----
-----*“Albino Moura nasceu em Lisboa em 1932 e foi amplamente conhecido pelas suas figuras femininas que o artista plástico tão bem soube incluir nas diferentes facetas que adornavam os seus quadros. O seu longo percurso, quer como pintor ou poeta, integrou dezenas de exposições individuais ou*

Ata nº 21 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

coletivas. -----

-----Vivia e trabalhava em Almada, e nesta cidade que o acolheu deixou marcas da sua arte em diversos painéis e espaços urbanos. Ao longo da sua carreira foi merecedor de Prémios e distinções atribuídas por autarquias locais ou por várias organizações no campo das artes e das letras. -----

-----A sua entrega quer à pintura quer à poesia faziam dele um homem simples, mas afável, e sempre com o olhar presente no diálogo sobre as suas obras que tanto o marcaram. -----

-----Com a sua partida, ocorrida no passado dia 19 de abril, a pintura portuguesa ficou mais pobre porque perdeu um dos seus símbolos que personalizava o traço e a cor realçadas nas suas pinceladas de quadros e gravuras. -----

-----Foi com a inspiração desta sua identidade que o Prémio Espichel, dinamizado por esta assembleia, agraciou personalidades e organizações que projetaram Sesimbra além fronteiras. Albino Moura sempre soube traduzir no traço e na cor, na imagem e na expressão as ideias que estão presentes na essência deste prémio. -----

-----Também os seus quadros presentes neste auditório, representam a continuação do seu valor que simultaneamente reafirmam o quanto foi importante a sua cooperação na projeção deste Prémio. É também da sua autoria o painel de azulejo, intitulado “Sesimbra”, no Largo de Bombaldes, junto à entrada do Mercado do Peixe, bem como o painel “10 anos da Assembleia Municipal de Jovens” representando um contributo à valorização deste projeto onde inconfundíveis imagens de Sesimbra crescem e convivem harmoniosamente entre o traço e as imagens das gentes sesimbrenses. -----

-----A Assembleia Municipal de Sesimbra reunida a 23 de abril aprova um voto de pesar pelo falecimento de Albino Moura, apresentando à sua esposa, Rita Moura, filha, familiares e amigos, o nosso profundo sentimento pela partida do seu ente querido.”-----

-----Submetida a votação o Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade e a AMS guardou um minuto de silêncio em memória do pintor Albino Moura. -----

-----Foi de seguida feita a leitura, pelo **Primeiro Secretário**, da Saudação ao 25 de Abril e 1.º de Maio, cujo conteúdo se transcreve: -----

-----“Os grandes valores da revolução de abril criaram profundas raízes na sociedade portuguesa e projetam-se como realidades, necessidades objetivas, experiências e aspirações no futuro democrático de Portugal.-----

-----Ao comemorarmos o 45.º aniversário da revolução, estamos igualmente a enaltecer os valores de liberdade e democracia como pertença do povo, que continuam bem presentes no nosso dia-a-dia, e que é

Ata nº 21 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

necessário salvaguardar e assegurar como elemento integrante e inalienável da sociedade portuguesa. -

-----Foi com o regime democrático que se construiu o Poder Local, enraizado na população portuguesa, pela defesa de interesses comuns junto das comunidades locais e das regiões do país. Hoje o poder local tem nas mãos o retrato do país, e com as ferramentas do progresso tem sabido transformar as aldeias, vilas e cidades em espaços de verdadeiro desenvolvimento local e de projeção regional.-----

-----Comemorar abril é também lutar por uma visão de cultura baseada no efetivo acesso das populações à fruição das práticas culturais, traduzida nas mais diversas formas de expressão artística. O saber associado ao conhecimento realça a nossa identidade como país que abraça a liberdade e a democracia desde há 45 anos. -----

-----Mas porque abril nos deu a liberdade, afirmamos o direito de sã convivência entre todos os povos e nações por uma Europa de progresso, de cooperação entre povos e países soberanos com iguais direitos e deveres sociais. -----

-----Comemorar abril é igualmente pugnar por uma perspetiva económica enquanto papel essencial e dinamizador, com realce para o investimento público e em especial nas atividades económicas, nomeadamente na indústria, na agricultura e nas pescas. -----

-----Comemorar abril é sublinhar a importância duma sociedade baseada na garantia efetiva dos direitos dos trabalhadores, no direito ao trabalho e à sua justa remuneração, em dignas condições de vida e de trabalho, reclamando a valorização dos serviços públicos e das funções sociais do Estado, particularmente na Educação, na Saúde e na Justiça. -----

-----É fundamental que também as comemorações do 45.º aniversário da revolução de abril, reafirmem a necessidade de continuarmos a defender os princípios democráticos que dignificam o trabalho e os trabalhadores, celebrado no 1.º de Maio, e que consolidam os direitos e deveres conquistados ao longo de mais de 4 décadas. -----

-----É um momento de valorização do 1.º de Maio e do que representou após a aurora de abril e ao longo deste período onde, a pluralidade de estruturas sindicais, associações, movimentos de mulheres, idosos e jovens, organizações de vários setores laborais e profissionais, têm contribuído para a dignificação do trabalho e da sociedade portuguesa. -----

-----A Assembleia Municipal de Sesimbra, reunida em sessão ordinária no dia 23 de abril, saúda:-----

-----A população do concelho pelo seu contributo na construção dos ideais de abril e pelas conquistas na melhoria das condições de vida das populações de Sesimbra;-----

-----O movimento associativo, nas vertentes cultural e desportiva, económica ou laboral, social ou

Ata nº 21 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

política, enquanto atores na construção de uma sociedade mais livre, plural e democrática em defesa de melhores condições de vida na comunidade local e na sociedade portuguesa. -----

-----*Dar conhecimento:* -----

-----*Câmara Municipal de Sesimbra, e Juntas e Assembleias de Freguesia do Concelho.*” -----

-----Submetida a votação a Saudação foi aprovada por unanimidade e aclamação.-----

-----Por último foi apresentada, pelo **Deputado João Valente**, a Recomendação à Câmara Municipal com o título “Homenagem a Manuel José de Jesus Chagas” subscrita pelo Grupo Municipal da CDU que se passa a transcrever: -----

-----“No passado dia 14 de abril faleceu Manuel José de Jesus Chagas, figura destinta do Corpo Ativo da Real Associação de Bombeiros Voluntários de Sesimbra, homem infinitamente íntegro, sendo um bombeiro voluntário que abdicou do seu tempo, para se dedicar ao serviço do bem comum. -----

-----Assim, a Assembleia Municipal de Sesimbra reunida a 23 de abril de 2019, recomenda à Câmara Municipal de Sesimbra que na celebração do Dia Municipal do Bombeiro seja prestada, a título póstumo, uma homenagem a este “Soldado da Paz”. -----

-----Não se verificando qualquer intervenção, a **Presidente da AMS** submeteu a recomendação atrás transcrita a votação tendo merecido aprovação unânime.-----

-----O Substituto da Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, o **Tesoureiro Ricardo Dias**, tomando o uso da palavra disse que queria dar os parabéns à equipa de hóquei em patins de seniores do Grupo Desportivo de Sesimbra pela sua subida à 2.ª divisão nacional sendo neste momento a única equipa a nível nacional que não tinha cotas este ano, e mais uma vez a elevar o concelho pelo país fora. Desejou que para o ano conseguissem, se possível, subir à 1.ª divisão.-----

----- Terminado o “Período de Antes da Ordem do Dia” a **Presidente da AMS** informou que não fora rececionado qualquer pedido de inscrição para intervenção no **Período de Intervenção Aberto aos Cidadãos**.-----

-----Deu em seguida início ao Período da Ordem do Dia começando o debate e apreciação do ponto 1 da Ponto da Ordem de Trabalhos: **Apreciação da Atividade Municipal**. -----

-----Informou que o documento tinha sido oportunamente colocado na PAMS para que todos os deputados o pudessem conhecer. -----

-----Lembrou os termos regimentais no que respeitava aos tempos de intervenção:-----

-----Exposição do representante da Câmara Municipal com a duração máxima de 10 minutos; -----

-----Intervenção dos Grupos Municipais, limitada a 50 minutos, até 10 minutos por cada Grupo

Ata nº 21 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

Municipal;-----
-----Resposta da Câmara Municipal, no período máximo de 50 minutos. -----
-----O prazo podia ser prolongado pela Mesa até ao máximo de 2 horas. -----
-----**O Presidente da CMS** disse que dispensava a primeira exposição ficando a aguardar as perguntas dos deputados. -----
-----Usou da palavra o **Deputado João Rodrigues** que cumprimentou todos os presentes e referiu que nas redes sociais tinham surgido informações acerca do aumento da criminalidade na Quinta do Conde perguntando se o Presidente da CMS tinha alguma informação adicional;-----
----- Prosseguindo e considerando a informação recebida disse que tinha havido uma reunião em março com os partidos políticos sobre a remoção de propaganda eleitoral após as eleições. Como o GM do MSU tinha feito uma Recomendação naquele sentido, perguntava qual o resultado da reunião e o que é que ficara acordado com os partidos políticos; -----
-----Tinha havido uma reunião sobre o Plano Estratégico para a Região de Setúbal pelo que solicitava o ponto de situação sobre esse plano;-----
-----Tinha havido uma reunião de âmbito social com a Delegada Regional do IEFP sobre o Concurso Skills, perguntando se abarcava Sesimbra e qual era o campo de ação. -----
-----Referiu depois que tinha havido uma reunião do Turismo de Portugal no âmbito do Programa REVIVE para dinamizar a operação de revitalização do Cabo Espichel pelo que perguntava se existiam propostas para concretização da operação;-----
-----Referindo-se em seguida a uma reunião com a Sociedade de Estudos e Intervenção de Engenharia Social entre os Municípios de Palmela, Sesimbra e Setúbal sobre a preparação e instalação de um serviço de apoio à vítima. Sendo um assunto muito focado na AMS gostaria de saber qual a evolução face à reunião que ocorrera em março de 2019; -----
-----Por último solicitou o ponto de situação sobre a preparação para a redução do risco de incêndio no próximo verão. -----
-----Falou em seguida o **Deputado Rui João Rodrigues** que após cumprimentar todos os presentes disse que a primeira questão prendia-se com a não abertura da Lagoa de Albufeira como era hábito e tradição na época da Páscoa, perguntando ao Presidente a razão; -----
-----A segunda questão era relacionada com o novo sistema tarifário de transportes públicos na Área Metropolitana de Lisboa implantado em abril e a pergunta era se existia um balanço do impacto junto da população;-----

Ata nº 21 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Por último perguntava para quando a revisão do POPNA e se o Presidente tinha alguma notícia sobre a questão.-----

-----Interveio depois o **Deputado João Pólvora** que disse que no que tocava à habitação no concelho de Sesimbra e na Área Metropolitana de Lisboa, o concelho de Sesimbra era o sexto concelho em termos de preço de aquisição de metro quadrado, o sétimo no preço de arrendamento, o décimo quarto onde era possível a um residente com um terço do seu salário arrendar uma casa de menor dimensão. Ou seja, um residente no concelho de Sesimbra conseguia arrendar uma casa com menos metros quadrados do que a maioria ou do que quase a totalidade dos concelhos no País. Na Área Metropolitana de Lisboa, dados os preços, tinha havido um disparar de pedidos de habitação social. Acreditava que o mesmo tivesse acontecido no concelho de Sesimbra. -----

-----Perguntou em seguida ao Presidente da CMS se existia ou não um problema da habitação para a classe média no concelho de Sesimbra e que respostas a autarquia procurava dar a esse problema.-----

----- Tomou em seguida o uso da palavra o **Deputado Paulo Caetano** que após cumprimentar todos os presentes iniciou por referir um assunto já levantado em reuniões anteriores e que tinha a ver com o cemitério de Sesimbra que estava em plena obra de execução que qualquer dia estava concluída e o empreiteiro nunca conseguira levar a cabo uma coisa que era elementar, que era colocar uma vedação, uma proteção, à zona do cemitério que estava dentro do estaleiro. Não sabia se a CMS conseguira fazer o contacto ou se fizera e o empreiteiro não fizera nada. Reavivava portanto o pedido.-----

-----Relativamente à atividade municipal, em particular do Presidente e da Vice-presidente disse que provavelmente não teria mais informação a dar do que aquela que já prestara na assembleia, mas questionava sobre as reuniões em fevereiro e visitas com a equipa e até com o Novo Banco, sobre os Planos de Pormenor da Mata de Sesimbra, Sul e Norte.-----

----- Perguntou também relativamente a uma reunião em março com a Vice-presidente e a gerência das Villas de Sesimbra questionando se iria existir algum avanço em relação à obra que aparentemente estava muito parada;-----

----- Também em março tinha havido uma reunião com a Vice-presidente e a equipa do PDM, solicitando um sucinto ponto de situação relativamente à revisão do PDM, tomando em atenção a aprovação no dia 11 de abril do Regulamento do Programa da Orla Costeira Alcoaça – Cabo Espichel (POC-ACE), e que tinha um anexo que listava com pormenor todas as incompatibilidades com os instrumentos de gestão territorial em cada um dos concelhos abrangidos, e que apontava, nesse próprio anexo, 60 dias para fazer a atualização. Solicitava portanto informação sobre o assunto porque acreditava

Ata nº 21 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

que a equipa já estivesse atenta à situação. -----

----- Referiu em seguida um assunto também já levantado na sessão anterior e prendia-se com uma reunião a 13 de março com o McDonald's perguntando se *in extremis* se conseguir evitar e manter algum estilo de vida saudável que realmente era prioritário, lembrando que em muitas cidades e Vilas deste planeta tinham existido levantamentos populares contra a instalação deste tipo de restaurantes em algumas zonas, nomeadamente em Roma ainda nos anos 80.-----

----- Por último disse que na reunião de Câmara de hoje havia a referencia de um e-mail do Grupo Parlamentar do Partido Comunista da Assembleia da República sobre a transferência de competências no âmbito da proteção civil, decerto a Câmara iria preparar a proposta para deliberar sobre a aceitação ou rejeição da transferência, mas perguntava se tinha alguma informação sobre o assunto.-----

-----Tomou depois o uso da palavra o **Deputado José Guerra** que após cumprimentar todos os presentes perguntou porque é que os planos de urbanização das AUGIs não estavam totalmente disponíveis online conforme era de lei sendo que os munícipes tinham que pagar para obter, nomeadamente os planos de execução e financiamento. -----

-----Perguntou depois se os Serviços Camarários ainda utilizavam o *Glifosato* e se a CMS fazia análises para detetar *Glifosato* nos leitos de água, e se vinha promovendo a divulgação do perigo do seu uso junto dos agricultores.-----

-----Em relação ao atual acordo de apoio à Bianca perguntou se podia ser disponibilizado aos Deputados. Questionou ainda se o executivo possuía relatório e contas da Associação e se era possível disponibilizar o mais recente. Questionou ainda se havia algum avanço sobre outra forma de apoio à Bianca. -----

-----Disse depois que sendo Rede Natura o espaço do Mecó em parceria com a câmara municipal, o local para o Festival SuperBock perguntou se não se pensara no barulho que iria interferir com a passagem de aves e se fora pedido algum estudo sobre o Impacto ambiental. -----

-----Por fim perguntou se tinham sido ou não desbastada uma zona da rede Natura e um corredor ecológico para realizar o Festival.-----

----- Interveio em seguida o **Deputado Lobo da Silva** que iniciou por dizer que se não fosse possível que as suas questões fossem esclarecidas no decorrer da apreciação da atividade municipal que poderiam ser enviadas posteriormente por escrito porque infelizmente as questões não eram de fácil resolução. -----

-----Perguntou depois o que é que estava a ser feito relativamente à questão do reforço da recolha do

Ata nº 21 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

lixo, considerando a aproximação da época balnear, nomeadamente na Freguesia de Santiago e do Castelo. -----

----- Perguntou depois em que situação se encontrava, ou não, a resolução do elevador no edifício Mar da Califórnia. -----

-----Gostaria de ser informado no que respeitava ao ponto de situação das Villas de Sesimbra, Sesimbra Shell, Mata de Sesimbra. -----

-----Questionou se a CMS tinha conhecimento se a construção da GNR da Quinta do Conde iria avançar ou se existia algum estudo.-----

----- Relativamente à construção, ampliação ou remodelação do antigo Centro de Saúde da Quinta do Conde perguntou se já existia alguma evolução nessa matéria, e se havia algum conhecimento das obras no Centro de Saúde do Castelo. -----

----- Prosseguiu dizendo que já se passara o tempo da *troika* e atualmente todos viviam momentos felizes e gostaria de saber se alguém da autarquia já fora à inauguração do Hospital do Seixal ou se já se lançara mais alguma pedra na construção do Hospital.-----

----- Questionou depois em que fase se encontrava a revisão do Plano de Urbanização da Quinta do Conde.- -----

-----Relativamente às permutas de lotes em zona verde e de zona de atravessamento e de equipamento na Quinta do Conde, com a Ribeira do Marchante, mais concretamente com o lote abaixo do Cemitério da Quinta do Conde onde estava previsto avançar com uma Urbanização onde seriam permutados os lotes, disse que gostaria de saber em que situação se encontrava o processo e quantos munícipes já tinham aderido. -----

-----Disse depois que o Parque da Ribeira estava completamente ao abandono. Vira pessoalmente e gostaria de saber o que é que se estava a passar para se verificar aquela degradação. -----

----- Também gostaria de saber porque razão é que no Centro Agrícola e Ambiental da Várzea não se recolhia o lixo porque o lixo que lá estava não seria certamente de um dia. Os serviços deviam ser alertados porque era zona a preservar. -----

-----Por último perguntou pela Escola Secundária da Quinta do Conde que provavelmente estaria nalguma gaveta que o tempo iria resolver. O Primeiro-ministro anunciara obras de remodelação na Escola Luís de Camões e numa Escola da Expo. Gostaria de saber em que ponto se encontrava.-----

-----Ao terminar e não tendo a ver com a atividade municipal disse que, independentemente do governo, do primeiro-ministro, queria deixar bem claro que pessoalmente ficara desagradoado ao ver por

Ata nº 21 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

duas vezes o primeiro-ministro de Portugal ter sido apupado daquela maneira, uma no norte com a questão dos lesados do BES, e ontem com outra situação. Não podia acontecer a um primeiro-ministro de Portugal. Era uma falta de segurança. Era inadmissível o que se passara. -----

-----Cedido o uso da palavra ao **Presidente da CMS** este iniciou a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes e respondendo às questões colocadas pelo Deputado João Rodrigues disse que relativamente ao aumento da criminalidade na Quinta do Conde não tinha essa informação e a informação técnica que tinha do último ano era que a criminalidade mais gravosa no concelho de Sesimbra diminuía, mas eram dados do concelho e julgava que não estivessem à escala de Freguesia. Desconhecia se tinha havido algum fenómeno mais recente na Quinta do Conde.-----

-----Relativamente à segunda questão dos partidos políticos e da Recomendação apresentada pelo MSU tinha sido realizada uma reunião para a qual tinha sido convocado o MSU para estar presente independentemente de não ser concorrente às eleições europeias, mas uma vez que a Recomendação surgira do MSU e da Assembleia Municipal, a CMS convocara todos os partidos com assento nos órgãos autárquicos municipais. -----

-----Fora uma reunião rápida e o que ficara sugerido entre todas as forças políticas sem prejuízo de uma auscultação que iria seguir até ao final da semana, desta feita a todas as forças políticas concorrentes às eleições europeias no dia 26 de maio, que de acordo com a lei, tinham que se pronunciar, não vinculativamente, a proposta seria que a remoção da propaganda eleitoral das eleições europeias fosse efetuada no prazo de 60 dias a contar da data das eleições.-----

----- Relativamente à reunião do Plano Estratégico da Península de Setúbal (PEDEPES) que tinha mais de uma década, neste momento os Municípios da Região de Setúbal estavam a dar os *inputs* necessários para a revisão que estava no início. Não existia nenhuma novidade, seria pegar naquilo que estava no plano estratégico e fazer as atualizações necessárias, nomeadamente ao nível daquilo que eram os grandes investimentos, até no quadro daquilo que se perspetivava do Plano Nacional de Investimentos 20-30, e existir alguma concertação entre os 9 municípios da Península de Setúbal para poderem defender, de forma mais concertada e não isoladamente, aquilo que eram os grandes investimentos através sobretudo da Associação de Municípios da Região de Setúbal. -----

-----Sobre a reunião com a Delegada Regional do IEFP fora de facto acerca do programa *skills* que era um concurso sobre novas profissões. A razão da reunião com o conjunto dos Municípios do Distrito de Setúbal, uma vez que a cidade de Setúbal iria receber os próximos campeonatos mundiais das profissões fora para sensibilizar o Município a incentivar as escolas e os alunos das escolas do Concelho de Sesimbra,

Ata nº 21 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

com grande enfoque na escola profissional Agostinho Roseta, mas que também era extensível aos alunos do ensino secundário, na via profissionalizante, para poderem ser candidatos ao concurso e convidar a CMS também a associar-se ao programa.-----

-----Relativamente ao Turismo de Portugal e o Programa REVIVE (Reabilitação, Património e Turismo) o Presidente da CMS informou que estava quase na reta final de preparação do caderno de encargos da operação que iria a concurso sendo expectável que durante a primeira quinzena de Maio fosse colocado na Plataforma do REVIVE o caderno de encargos e as peças processuais do concurso para a concessão da parte do Cabo Espichel que estava identificada para o efeito. Era um concurso público e portanto não existiam concorrentes prévios e apenas a indicação meramente informal da parte do Turismo de Portugal que iria gerir a operação do ponto de vista procedimental, de que existia assinalado um conjunto de interessados que tinham levantado algumas peças já disponibilizadas, nomeadamente aquilo que eram os termos de referência da DGPC para qualquer intervenção no edificado.-----

----- Esperava, e achava que seria extensível a todos, que pudesse aparecer um promotor, um candidato, um concorrente ao procedimento porque significaria que a breve médio prazo se teria a requalificação do edificado e a sua fruição, não apenas do ponto de vista da atividade económica ligada ao setor de Hotelaria e Turismo, mas também porque a CMS tinha a responsabilidade e o cofinanciamento, pelo menos uma parte elegível, dessa intervenção, e que estava dependente também daquela operação, apesar de dever ser da responsabilidade da Administração Central, que era requalificar o restante da Ala Sul que ficaria na propriedade da Confraria Nossa Senhora do Cabo Espichel, nomeadamente as instalações interiores desse edificado que se estimava numa intervenção de cerca de 900 mil euros.-----

-----Se, por qualquer motivo, se verificasse que o concurso ficava deserto, a operação teria de ser toda reequacionada, mas esperava que em junho de 2019 existisse luz verde.-----

-----Disse que a Câmara Municipal iniciara no final de 2018 e lançara os procedimentos em 2019 de duas candidaturas para a reabilitação exterior do Cabo Espichel nomeadamente o cercado e a reabilitação de parte do aqueduto até à Mãe de Água, 2 investimentos estimados em cerca de 700.000 € portanto um investimento elegível inferior a 50% por parte do Portugal 2020 que estavam de momento na Plataforma e cujas obras se deveriam iniciar até ao final do primeiro semestre.-----

----- Um dos problemas que o Município tinha pela frente no quadro deste procedimento e deste concurso tinha a ver com a assunção que a CMS teria que fazer para as infraestruturas chegarem ao Cabo Espichel, nomeadamente rede de saneamento. As soluções apresentadas pela Câmara, designadamente

Ata nº 21 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

ao nível de uma ETAR compacta, uma delas tinha sido aprovada pelo ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas) mas recusada pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA), o que significava que se houvesse um concorrente o Município iria ter que assumir o encargo estimado em meio milhão de euros para levar o saneamento até ao Cabo Espichel e teria de ser por emissário a ser ligado ao emissário da Azóia porque não havia outra solução aprovada pela APA. -----

-----Relativamente à questão do serviço de apoio à vítima disse que a Vice-presidente na última reunião, até sobre uma Recomendação do PSD enquadrara a questão. Era um conjunto de negociações que estava a existir entre a Secretaria de Estado para a Igualdade, os Municípios de Sesimbra, Setúbal e Palmela, e uma organização não-governamental, para a implementação daquele serviço, que não tinha a ver com alojamento para vítimas de violência doméstica porque normalmente os alojamentos não eram nos territórios onde ocorriam as situações de agressão, até para haver distância física dos intervenientes, mas estava a ser trabalhado e articulado de forma a se conseguir um protocolo repartido no sentido de ser um serviço sobretudo de atendimento e encaminhamento por técnicos com aquela área de formação para as vítimas de violência doméstica. -----

-----No que respeitava à prevenção de risco de incêndio o Presidente da CMS esclareceu que estava a ser monitorizado pelo Gabinete Municipal de Proteção Civil, pelo Gabinete Intermunicipal de Defesa da Floresta contra incêndios da Arrábida. Existia uma articulação diária com o serviço Distrital de Proteção Civil, portanto a CMS tinha toda a informação diária dos riscos. Estava a ser feita toda a monitorização ao nível da limpeza dos solos municipais e articulação entre o Gabinete Municipal de Proteção Civil e a GNR no sentido da notificação dos proprietários privados para limpeza dos terrenos. A CMS ainda não tivera necessidade este ano, de ter de efetuar limpeza fora dos solos do próprio Município. -----

-----Existiam relatórios diários da Proteção Civil sobre todo o território do distrito e esperava que não houvesse nenhuma situação. -----

----- Sobre as questões colocadas pelo Deputado Rui João Rodrigues respondeu relativamente à abertura da Lagoa de Albufeira, que tinham sido realizadas reuniões com a Agência Portuguesa do Ambiente e a Secretaria de Estado. No ano passado porque o Município de Sesimbra fizera uma candidatura ao Fundo Ambiental articulado com a APA, fizera a abertura da Lagoa de Albufeira, e ficara definido com a Secretaria de Estado e com a APA que a partir deste ano essa operação seria da responsabilidade da Agência Portuguesa do Ambiente particularmente a ARH TEJO, sendo que o procedimento estava a decorrer. Contatara o Administrador e a informação de hoje era que o procedimento estava em curso e já fora cabimentado e que eventualmente em maio seria possível

Ata nº 21 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

realizar a intervenção. Fizera referência às inúmeras queixas por parte dos cidadãos, sendo que iriam ver se no futuro a abertura fosse feita durante o período do equinócio, nomeadamente antes da sexta-feira santa.-- -----

-----Quis depois salientar o facto do Município de Sesimbra ter finalmente conseguido uma coisa que todas as Lagoas do País conseguiam porque era a única que não era aberta e paga pela entidade competente.-----

-----Entendera total abertura da Secretária de Estado para a matéria, e que tinha existido alguma displicência por parte da RH por ter pensado que era uma Lagoa menos importante. Nas últimas duas semanas tinha havido pressão pelo conjunto de reclamações o que também acelerara de forma bastante efusiva o processo que já estava cabimentado. -----

-----Relativamente ao novo tarifário dos transportes da AML disse que ainda não havia uma informação muito fidedigna do ponto de vista daquilo que seriam os títulos por concelho. Existia uma informação genérica de cerca de 30% de aumento dos títulos de passe comparativamente ao período homólogo do ano anterior. No concelho de Sesimbra, até há uma semana, atrás tinham sido vendidos 817 passes Navegante Sesimbra. Tinha havido um aumento brutal sobretudo ao nível do que era o Navegante Metropolitano, o que seria espectacular uma vez que a pessoa por mais 10 € tinha acesso a andar em toda a Área Metropolitana. Tinha havido um valor significativo do Navegante + de 65, 51.166 pessoas tinham adquirido o título. 16.000 títulos adquiridos para o Navegante 12. No essencial, durante este mês, tinham sido vendidos 411.707 títulos em toda a AML incluindo os títulos municipais e os títulos metropolitanos. -----

-----O concelho de Sesimbra tinha tido algumas particularidades menos gravosas do que Montijo, Palmela e Mafra. Duas ou três carreiras tinham ficado completamente lotadas, uma que saía do Montijo e outra do Pinhal Novo. Eram 2 carreiras rápidas dos TST que iam diretamente à Gare do Oriente e que ficavam completamente lotadas. Havia um problema identificado com Mafra que tinha a ver com o facto das pessoas dos concelhos do Oeste, nomeadamente Torres Vedras e os concelhos limítrofes, irem de carro até Mafra para depois adquirirem o passe metropolitano, o que era um problema de sustentabilidade da operação do lado da Comunidade Intermunicipal do Oeste, agora articulada com a Área Metropolitana de Lisboa.-----

-----Disse depois que os TST tinham pedido à AML para colocarem um desdobramento nas duas carreiras rápidas, de 15000 € por mês, a cada uma das carreiras, com um horário, uma linha, um circuito e uma frequência, o que era absurdo. Vinha havendo alguma dificuldade com o operador na articulação

Ata nº 21 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

com a AML. No caso de Sesimbra, que também reportara à AML, tinha também havido uma situação num dia ou dois durante este mês, na carreira Sesimbra-Lisboa, onde tinha havido lotação completa logo na paragem da Cotovia, o outro problema que fora reportado tinha a ver com os transportes escolares Quinta do Conde-Sesimbra via Vila Nogueira de Azeitão que os TST consideravam que era um transporte supramunicipal e os passes deviam ser metropolitanos e não passes municipais porque a carreira passava pelo concelho de Setúbal, o que era errado porque pelo outro lado passava pelo concelho do Seixal. ----

-----As situações não eram fáceis, os operadores estavam todos à flor da pele porque iriam surgir os concursos públicos e estavam todos receosos.-----

----- Cascais tinha um concurso único e estava em vias de adjudicação e pela informação, não oficial, tudo indicava que tinha havido dois concorrentes e o operador que estava em Cascais não iria ficar.-----

-----Tinha que haver alguma maleabilidade e a situação com os TST não vinha sendo fácil, mas ter-se-ia que esperar por aquilo que seria o concurso público e aí a responsabilidade ficaria do ponto de vista da empresa metropolitana de transportes. -----

----- Sobre a Revisão do POPNA o Presidente da CMS respondeu que não existia nenhuma informação suplementar, o que estava a decorrer de momento era a transposição do plano de ordenamento para o programa especial, a CMS tinha dado algum feedback quer do ponto de vista das Unidades Técnicas de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Pescas e Ruralidade e também Turismo, sobre algumas questões onde aparentemente tinha havido alguma abertura para poderem ser mitigadas em função do que estava previsto no POPNA mas não eram questões de fundo, e a transposição não traria qualquer alteração.-----

----- Relativamente à questão colocada pelo Deputado João Paulo Pólvora sobre os custos de habitação no concelho de Sesimbra esclareceu que o Concelho de Sesimbra tinha que preparar ao abrigo de uma legislação, um programa Municipal para ter acesso a fundos do próprio IRHU. Sesimbra era dos concelhos da AML com uma procura inferior. A situação mais dramática tinha a ver com pessoas que tinham necessidade de habitação a custos controlados, efetivamente de habitação social com rendas apoiadas e com grande impacto na Quinta do Conde. A CMS tinha uma operação financiada para construção de habitação com renda apoiada na Vila de Sesimbra, o Bloco da Mata, mas do ponto de vista do programa tudo indicava que teria de avançar com a construção de habitação com renda apoiada na Quinta do Conde que era onde existiam os números de maior necessidade. Ao nível da classe média o que se estava a perspetivar, até porque a situação do mercado hoje permitia, era retomar o processo de construção de habitação a custos controlados no local onde estava previsto na Cotovia para aumentar

Ata nº 21 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

aquilo que era a oferta.-----

----- Sobre os Planos de Pormenor da Mata Norte e Mata Sul o Presidente da CMS disse que não havia informação a dar, as equipas Técnicas dos dois Planos estavam de momento a articular com as equipas Técnicas da Câmara Municipal de Sesimbra com alguma regularidade. Não existia nenhum contrato de desenvolvimento urbano previsto. A perceção que tinha, era que da parte do PP Norte existia uma intensão de se avançar mais rapidamente. O PP Sul uma vez que a propriedade fora dada como doação para pagamento ao grupo Novo Banco, a um Fundo Imobiliário do Novo Banco, a perceção que tinha era que eles queriam novamente ter a operação imobiliária para comercializarem. Não tinham o conhecimento da anterior equipa e estariam a avaliar o Plano de Pormenor com todos os pressupostos em que fora aprovado. -----

-----Relativamente às Villas de Sesimbra, disse que realmente não se via muita coisa mas a informação que dispunha, e também estivera presente na reunião, era de que a perspetiva era que ficaria concluído durante 2019. Existiam obras que não estavam previstas sobretudo ao nível das infraestruturas de redes de água e saneamento e que teriam de ser refeitas. Também tiveram de recorrer a mão-de-obra até de fora do país para conseguirem dar resposta porque não tinham mão-de-obra suficiente. -----

-----Neste momento estavam a trabalhar mais 300 pessoas nas obras da Villas de Sesimbra e pretendiam que a obra estivesse concluída no segundo semestre deste ano, pelo menos dois dos blocos, o A e o B. -----

-----Sobre a Revisão do PDM, de momento estava a ser feita a aferição. Os trabalhos continuavam no ritmo normal e estava a aguardar alguns dos pareceres. Estava-se a fazer a adequação das normas em função daquilo que fora a aprovação e publicação do Programa da Orla Costeira Alcobaça – Cabo Espichel (POC-ACE), que fora uma matéria discutida em sede própria e sempre com o Município e portanto estava salvaguardada.-----

----- No que respeitava ao McDonald's o Presidente da CMS respondeu que existia um processo de licenciamento a decorrer há alguns anos na Câmara de Sesimbra que nem sequer tinha licenciamento, nem projeto de arquitetura aprovado, mas a direção de marketing marcara uma reunião, num quadro de relações institucional, para perceber algum feedback do que eram as perspetivas do concelho. -----

-----Sobre a transferência de competências na área da Proteção Civil o Presidente da CMS referiu que não tinha os mesmos pressupostos dos diplomas anteriores, porque no essencial era uma alteração à lei de bases que remetia para os municípios um conjunto de novas atribuições. Neste caso concreto não existia uma pronúncia. Era mais uma vez uma transferência de responsabilidades para cima dos

Ata nº 21 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

municípios sem qualquer tipo de avaliação nem de contrapartidas financeiras, com grandes responsabilidades para os presidentes das câmaras. -----

-----O assunto que estivera presente na reunião de CMS fora uma informação do Grupo Parlamentar do PCP a todos os municípios. Fora requerida uma apreciação parlamentar do Decreto-lei que como se sabia não ia à Assembleia da Republica. -----

-----Sobre as questões colocadas pelo Deputado José Guerra, o Presidente da CMS respondeu que não percebera muito bem e solicitava que a pergunta fosse feita por escrito. Julgava que se fosse um Plano de Urbanização já não existira AUGI. Um plano de urbanização tinha proprietários. Uma AUGI de iniciativa municipal competia à Câmara Municipal, se fosse uma iniciativa dos comproprietários competia aos comproprietários e era um processo normal de loteamento na CMS. Assim que passava a divisão da coisa comum e que tinha um alvará era ou processo de loteamento normal. -----

-----Se um interessado requeria os documentos de um plano de urbanização ou de um loteamento obviamente teria de pagar com a tabela de taxas em vigor. -----

-----Acrescentou que o Município estava a estudar uma ferramenta para fornecer, não em formato editável, os IGTs (Instrumentos de Gestão Territorial) a todos os interessados no âmbito das operações urbanísticas e os procedimentos junto da CMS. -----

-----Sobre a utilização do Glifosato pensava que a CMS não o estava a utilizar mas não porque existia lei a proibir. A CMS tinha instalações próprias para o Glifosato de acordo com a Lei e o técnico para fazer a validação das aplicações, dosagens, etc.. Não aplicava mas a sua não aplicação tinha reflexos no aumento de frequência e capacidade que a CMS tinha, porque soluções como o vinagre e o sal ou as máquinas de mondar a quente, eram para tapar os olhos. Isto viera adensar e muito a frequência da limpeza de ervas nos passeios e bermas. -----

-----Sobre a aplicação do Glifosato junto das linhas de água a CMS não o fazia sugerindo que a AMS fizesse uma recomendação à RH de Lisboa e à RH Alentejo que eram as entidades que tinham essa responsabilidade. -----

-----Relativamente à BIANCA, o Presidente da CMS informou que poderia facultar a prestação de contas. -----

-----Sobre a realização do Super Bock Super Rock e as aves, o Presidente da CMS disse que o ICNF já dera um parecer favorável ao promotor, com conhecimento à CMS, com os condicionamentos enunciados no parecer e se a Assembleia Municipal o solicitasse formalmente, poderia ser enviado. -----

----- Já nas anteriores realizações existia um parecer favorável condicionado do ponto de vista de

Ata nº 21 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

algumas medidas de mitigação, que tinham sido implementadas pelo promotor, mas na perspetiva da CMS, do ponto de vista económico e salvaguardadas as questões com o ICNF, era uma aposta da CMS, e inclusivamente fizera força junto do promotor, e de outros, para que o Festival se pudesse realizar no concelho. Existe um protocolo entre a Câmara Municipal e os proprietários dos terrenos para poderem serem desenvolvidas atividades não só da CMS como também daquele tipo de iniciativas. -----

-----Relativamente às questões colocadas pelo Deputado Lobo da Silva sobre a recolha do lixo, o Presidente da CMS respondeu que estavam a ser feitas 3 ações que ainda não trariam a qualidade e frequência necessárias, o aumento das viaturas sobretudo do material circulante e viaturas de menor dimensão para o reforço de limpeza, o recrutamento de pessoal, o aumento também da incidência de recolha, e a incidência de fiscalização e levantamento de autos de notícia e contraordenações relativamente à matéria. Pelas dificuldades já por várias vezes enunciadas tinha havido um largo período em que não acontecia mas neste momento as coisas estavam de facto a melhorar. -----

-----Estava a ser previsto o reforço de pessoal e meios no verão. -----

-----Disse depois que existia uma situação que estava a preocupar. A CMS era das câmaras com melhor desempenho do ponto de vista da recolha seletiva mas mesmo assim insuficiente por parte da capacidade da AMARSUL em poder dar resposta mais eficiente, quer em termos de periodicidade e locais de recolha. -----

-----Sobre o elevador do empreendimento Mar da Califórnia disse que não tinha qualquer informação adicional. A CMS estava com alguma dificuldade em gerir a situação com o condomínio. -----

----- Relativamente às Villas de Sesimbra e Mata já respondera, SesimbraShell estava a avançar com um bom ritmo. -----

-----Quanto ao Quartel da GNR da Quinta do Conde podia informar que fora solicitado pelo comando distrital que a CMS fizesse obras nas instalações que eram da CMS. Estava a exigir obras ao senhorio que ainda por cima não cobrava renda. Ainda hoje, na reunião de Câmara, informara que para a feira festa, só em gratificados a GNR levava 15 mil euros à CMS, portanto a situação tinha que ser revista com a GNR. Para além de não existir quartel, a CMS cedia instalações e fazia as obras. -----

-----A remodelação do Centro de Saúde da Quinta do Conde estava a ser trabalhada com a ARS de Lisboa e Vale do Tejo que já apresentava uma 2.ª proposta de reabilitação do espaço. A CMS tinha conhecimento de que a ARS não tinha financiamento pelo menos para a parte dos arranjos exteriores. Embora ainda não estivesse escrito a CMS assumiria essa reabilitação da zona exterior, mas até sob proposta da CMS, constava não só reabilitar, mas também aumentar a área do Centro de Saúde. -----

Ata nº 21 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Contrariamente àquilo que fora dito, não tinha nenhuma dependência com a transferência de competências. Era uma negociação que já existia. E ainda bem, porque senão teria de ser a CMS a realizar. Felizmente as pessoas dos dois lados tinham bom senso. -----

----- Relativamente à *Troika* e ao hospital do Seixal disse que a única informação que tinha era que a Câmara do Seixal já estava a desenvolver o projeto de execução do hospital, portanto ainda não estava finalizado, em conformidade com o último acordo de infeliz memória para Sesimbra que obrigara a tomar posições, mas o Hospital não podia começar a ser construído porque o projeto ainda nem sequer estava finalizado. -----

----- Sobre o Plano de Urbanização da Quinta do Conde, o Presidente informou que ainda não estava a avançar apesar da CMS estar a tentar reunir uma equipa para se dedicar com algum período de tempo útil para dinamizar a Revisão do Plano. -----

----- No que respeitava às permutas da Ribeira do Marchante informou que tinham sido feitas algumas mas não tinha os n.ºs. -----

----- Sobre o Parque da Ribeira na Quinta do Conde disse que fora um processo que resultara de um acordo entre a CMS, a empresas Knickmayer e Socondarte e depois não fora cumprido na totalidade. Tinha havido um protocolo assinado entre a CMS e a ANIME que até final de 2017, estabelecia que era a ANIME que fazia as manutenções e pequenas limpezas mas também não tinha pessoal suficiente para o fazer, sendo que a CMS numa revisão ao protocolo em 2018, retirara essa responsabilidade da ANIME, e a vinha fazendo algumas intervenções mais efusivas e musculadas no Parque da Ribeira e no Parque da Várzea mas não tinha conseguido, de facto, de ter uma manutenção regular. -----

----- Neste momento, a CMS estava a reformular e até porque garantidamente o próximos quadro comunitário iria ser fértil naquela área, estava a trabalhar num projeto de consolidação do futuro Parque da Ribeira em conjunto com o Parque da Várzea ou Corredor Ecológico da Quinta do Conde. -----

----- Também existia a intenção já manifestada pela Junta de Freguesia da Quinta do Conde em poder assumir essa responsabilidade numa revisão do acordo de execução entre a CMS e Junta de Freguesia podendo esta assumir a responsabilidade. -----

----- Estava-se num quadro de repensar a estratégia para o Corredor Ecológico, sendo que a CMS estava em negociação com o proprietário dos solos confinantes, AXL (António Xavier de Lima), para eventualmente ficar com a posse da totalidade do corredor ecológico incluindo parte da zona de Negreiros, não por aquisição mas por permuta. -----

----- Finalmente relativamente à Escola Secundária da Quinta do Conde informou que ainda não tinha

Ata nº 21 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

qualquer novidade para dar a conhecer.-----

----- Interveio de seguida o **Vereador José Polido**, por indicação do Presidente da CMS, que após cumprimentar todos os presentes, informou relativamente à questão da proteção do cemitério que ele próprio dera instruções aos serviços para ser colocada uma lona perfurada naquela zona para tapar a visibilidade ao cemitério para quem circulava para não estar a ver as campas e eventualmente algum funeral. Relativamente à Associação Bianca disse que a CMS recebera o último Relatório e Contas disponível que poderia fazer chegar à Assembleia Municipal se assim fosse entendimento. -----

----- Poderia haver uma alteração ao regulamento de apoio à causa animal, mas a CMS não tinha recursos humanos suficientes para poder fazer o trabalho. Recentemente tinha sido colocada uma nova funcionária no Serviço Veterinário e pensava que alguém se poderia destacar para em conjunto com o Gabinete Jurídico preparar essa alteração, em contato com a própria Associação. -----

----- Sobre o reforço da recolha do lixo, fizera sentir no Conselho Consultivo bem como na Assembleia Geral da AMARSUL, que apesar de Sesimbra ser neste momento o concelho que mais tinha subido a nível da recolha seletiva, ainda não era é o suficiente e podia subir muito mais, e para isso bastava que a AMARSUL colocasse mais contentores. Ele próprio no dia 16 tivera a oportunidade de falar com a Sra. Administradora e dizer que uma vez que na Quinta do Conde estavam a colocar novos contentores de 1.100 litros, estavam a retirar os outros contentores de três ou quatro conjuntos, e portanto poderiam reforçar algumas zonas sobretudo em Santiago e na Freguesia do Castelo.-----

----- A AMARSUL comprometera-se a vir cá a estudar e fazer o reforço. A CMS já contratara com uma empresa que para além daquilo que a CMS já fazia, iria fazer a lavagem, duas vezes por semana, dos MOLOKS na marginal de Sesimbra e lavar a ilha da zona envolvente para evitar cheiros. -----

----- Disse depois que já fora adjudicado o concurso para a limpeza das praias, quer para Sesimbra, quer para Lagoa e Meço, e estava mais um concurso feito para a recolha do lixo, sendo que a CMS estava a ultimar também o concurso de um reforço sazonal para a limpeza. -----

----- Como o Presidente referira, a CMS fizera a aquisição de viaturas e estava com um concurso a decorrer. Lembrou depois que uma viatura como era o caso do carro para lavagem de contentores, após estar adjudicado pela Câmara Municipal demorava em média 220 dias para chegar. -----

----- Os processos eram muito burocráticos. -----

----- Relativamente à Várzea da Quinta do Conde disse que acompanhara a limpeza sobretudo na zona das Hortas e tinha de facto havido uma intervenção musculada. Tinha sido feita novamente a abertura das valas, desmatados os caniços, podadas algumas árvores, enfim tinha sido feito um trabalho que

Ata nº 21 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

valorizava aquele espaço, mas ao lado da estufa estava sempre muito lixo. Era verdade que existia mas também era verdade que a CMS recolhia, possivelmente não com a periodicidade que devia fazer, mas sempre que a CMS era alertada que os contentores grandes metálicos estavam cheios, os serviços iam com o carro retirar o lixo como fazia nos locais do REMOVE.-----

-----Há cerca de três ou quatro meses encontrava-se lá um amontoado de lixo e tivera que ir um abre-valas e resolver a situação. Ele estivera lá há dois ou três dias e não vira nada de especial. -----

-----Usou de seguida o **Deputado Paulo Caetano** que referindo-se à resposta do Vereador José Polido sobre a colocação de Ecopontos no concelho, disse que não estava convencido que o aumento do número de ecopontos resolvesse o problema. O grande problema dos ecopontos não era estar instalado aqui ou acolá, mas sim a recolha dos ecopontos e o custo brutal que a AMARSUL tinha em recolher ecopontos que não estavam cheios. Era uma coisa que era difícil de contabilizar e maximizar em termos de eficiência. -----

----- Existiam situações em que existiam contentores de indiferenciados a 20 metros do Ecoponto e via-se dentro do contentor Verde dos indiferenciados, cartão, plástico. -----

----- Na verdade, a chave tinha que passar pela sensibilização, e se a AMARSUL tinha obrigação de a fazer, na sua opinião a CMS tinha que arranjar alguma forma de sensibilização e uma ação muito sustentada e eficaz para convencer as pessoas de que se fizessem seleção de resíduos em casa e depositá-los nos ecopontos certos, que isso, no limite, até poderia reverter a seu favor, porque todos os custos associados ao transporte de resíduos indiferenciados poderiam, eventualmente, serem reduzidos. Se houvesse esse objetivo pensava que seria a melhor solução. Esta era mais uma sugestão para se tentar refletir sobre o assunto. -----

-----Interveio depois o **Deputado Lobo da Silva** que disse que na sua intervenção anterior se esquecera de agradecer ao Vereador José Polido o envio da correspondência da AMARSUL no que dizia respeito à Recomendação da AMS sobre o posicionamento dos Contentores na Quinta do Conde.-----

-----Disse depois que não existia maior falácia do que era escrito pela AMARSUL passando de seguida a ler o extrato: *“todos os locais onde foi ao ser instalada contentorização foram alvos de análise prévia antes da tomada de qualquer decisão, sendo que foram adiadas colocações que efetivamente não poderiam avançar sem obra feita.”* -----

-----Quanto a isto bastava percorrer o concelho e nomeadamente certas ruas da Quinta do Conde para se ver os contentores, não da CMS, mas da AMARSUL, colocados em cima do passeio e nas curvas.

-----Alertava para o facto de num dia ou noite de temporal aqueles contentores poderem vir parar à

Ata nº 21 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

faixa de rodagem e provocar acidentes. -----

-----**O Deputado João Pólvora**, usando da palavra disse que a sua questão ia na sequência da sua 1.ª intervenção em que o Presidente da CMS fizera referência a um estudo. Perguntava se seria possível ter acesso ao estudo para conhecer os dados com detalhe. Esclareceu depois que quando falara em classe média referira a classe média do concelho de Sesimbra, porque o rendimento médio no concelho de Sesimbra estava em torno de 900 €, diferente do rendimento médio que existia noutros concelhos do País, nomeadamente em Lisboa e noutros concelhos da Área Metropolitana de Lisboa. -----

----- Tomando o uso da palavra **o Presidente da CMS** respondendo à última intervenção do Deputado João Pólvora referiu que não disse que havia um estudo mas sim candidaturas às habitações municipais e daquilo que eram os processos de candidatura, o mais grave situava-se na Quinta do Conde, com pessoas com rendimentos baixos e a necessitar de habitação com rendas apoiadas. Existia de facto um estudo que levava à identificação do município de Sesimbra como sendo Município para poder ter um contrato local de desenvolvimento social, mas o estudo era da Segurança Social e a CMS ainda não o recebera. Não sabia se eram dados passíveis de serem entregues ou não. -----

-----Sobre a questão do rendimento versus custo da habitação ou por metro quadrado, respondeu que se o rendimento era 5 e a habitação em Sesimbra custava 10 não seria muito diferente do rendimento ser 10 e a habitação em Lisboa custar 20, portanto quando o Deputado fizesse a análise devia verificar comparativamente aquilo que era o custo médio do metro quadrado na cidade de Lisboa e o rendimento, e se calhar teria uma surpresa grande.-----

----- Quanto às questões da AMARSUL disse que o processo dos contentores fora um processo de candidatura da AMARSUL em que tinha de os adquirir e colocar também noutros concelhos. Sesimbra gostaria que fosse retificado o quanto antes e vinha pressionando nesse sentido.-----

----- Sobre a questão do aumento dos ecopontos versus recolha, disse que mesmo os ecopontos existentes não tinham a recolha com o periodicidade regular. Quando os ecopontos estavam cheios, as garrafas, os plásticos e sobretudo os cartões eram depositados nas zonas laterais. A AMARSUL não recolhia nada que estivesse no lado de fora do contentor e era a câmara que fazia essa recolha. -----

-----A pergunta que o Deputado Paulo Caetano fazia era pertinente. Se houvesse maior número de ecopontos provavelmente não estariam cheios e com a recolha eficiente que pudesse ser sustentável do ponto de vista da própria AMARSUL, mas podia colocar a questão também ao contrário, mal seria se a CMS só recolhesse os contentores dos indiferenciados que estivessem completamente cheios e garantidamente isso também seria muito eficiente para a CMS só fazê-lo dessa forma.-----

Ata nº 21 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----A AMARSUL tinha que fazer um serviço público como a CMS o fazia, e neste momento existia um problema a montante porque não o fazia. Era uma empresa privada com uma perspetiva meramente lucrativa.-----

----- A operação de indiferenciados pagava a CMS à AMARSUL. A operação de recolha seletiva era uma operação da própria AMARSUL. Já dissera muitas vezes à AMARSUL que naquela operação que era lucrativa era sempre preferível ter alguém que pagasse os indiferenciados do que a ter uma operação para recolha seletiva. Tinha que ser AMARSUL em conjunto com os municípios a fazer a sensibilização, mas para a sensibilização também tinha que existir as respostas, e neste momento não vinham sendo as necessárias e adequadas com as necessidades do Concelho de Sesimbra e da própria Península de Setúbal que tinha a operação gerida pela AMARSUL. -----

-----O Vereador José Polido acrescentou que a AMARSUL reconhecera na última assembleia geral o péssimo serviço que prestara aos municípios da Península de Setúbal, com dificuldades, como a CMS, na contratação de pessoal e aquisição de viaturas, mas cada um tinha que gerir a sua casa.-----

-----Sesimbra seria o último a serem feitas as ilhas para os contentores. Tinha começado no Barreiro, iam para a Moita, depois todo o arco ribeirinho do Sul do Tejo e só no pós verão seria Sesimbra. -----

-----Concluídas as explicações, a **Presidente da AMS** referindo que certamente a Comissão de Líderes estaria de acordo, considerando que estavam presentes na sessão, o Presidente da Direção dos Bombeiros Voluntários Sesimbra recém-empossado e também o Comandante dos Bombeiros e elementos da Direção, era o momento e a oportunidade para duas questões: -----

-----Primeiro agradecer a presença na sessão que muito honrava a AMS pela cooperação e aproximação que a AMS queria registar. -----

-----O segundo ponto era que com uma tomada de posse de poucas horas teriam uma longa tarefa de responsabilidades não só intrínseca àquilo que era a atividade dos bombeiros, mas sempre a total disponibilidade em função das tarefas da comunidade sesimbrense e também arredores e até nacionais, como a AMS tinha conhecimento.-----

----- Independentemente de algum dos colegas também querer apresentar o seu contributo, porque a AMS tivera conhecimento do momento importantíssimo para a vossa / nossa Associação, e para os vossos/nossos amigos soldados da paz, ficava o registo de uma saudação sincera e desejo de um bom trabalho, e que de facto Sesimbra continuasse a ter na Associação, o reconhecimento do trabalho a favor de todos. -----

----- **O Deputado João Valente** saudou em nome do Grupo Municipal da CDU, a direção recém-

Ata nº 21 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

empossada, o Presidente, Fidelino Pereira, e fez votos de um bom e excelente trabalho. -----

-----**O Deputado José Guerra** saudou, em nome do Grupo Municipal do BE, a tomada de posse da nova direção e desejou um bom trabalho sem acontecimentos trágicos.-----

-----**O Deputado Miguel Ribeiro** felicitou, em nome do Grupo Municipal do MSU, a direção agora empossada e desejou a continuação de um bom trabalho desempenhado ao longo dos anos.-----

-----**O Deputado Sérgio Faias** cumprimentou todos os presentes e quis deixar um cumprimento muito especial aos órgãos sociais da Real Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Sesimbra, e deixar uma palavra de apreço pelo trabalho que faziam em prol da população já há muitos anos. Saudou o voto de confiança que tinham tido dos Associados e pela tomada de posse que ocorrera. Em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista desejou as maiores felicidades na continuação do bom trabalho que vinham executando ao serviço do município de Sesimbra. -----

-----**O Deputado Lobo da Silva** endereçou votos de um excelente trabalho à nova Direção e desejou que continuasse com o bom relacionamento que existia entre a Real Associação e a CMS. Terminou agradecendo.-----

-----**A Presidente da AMS** sublinhou a unanimidade de felicitações e reforçou que a AMS estaria sempre disponível para aquilo que fosse o entendimento e as necessidades que no âmbito da AMS pudessem ser uteis e complementares ao trabalho da Associação. -----

-----Prosseguindo os trabalhos a **Presidente da AMS** declarou aberto o 2º Ponto da Ordem de Trabalhos **“Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respetiva Avaliação e Prestação de Contas’2018 e Aplicação do Resultado Líquido do Exercício’2018”** tendo informado que o assunto fora apreciado por todas as Comissões no passado dia 15 de abril tendo sido elaborada a respetiva ata já disponibilizada na PAMS. A reunião contara com a presença do Vereador José Polido para além de um conjunto de técnicos, no sentido do esclarecimento das dúvidas e questões suscitadas. -----

-----Informou que a AMS recebera hoje o Parecer, a Certificação Legal de Contas e o Relatório de Conclusões e Recomendações de Auditoria de 2018 do Município de Sesimbra apresentado pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, tendo sido colocado de imediato na PAMS e dado a conhecer a todos os Deputados e Deputadas. -----

-----Tomando o uso da palavra o **Presidente da CMS** disse que a Prestação de Contas de 2018 relevava para uma continuidade no rigor da gestão financeira e o conhecimento claro daquilo que era a estrutura quer da despesa, quer da receita do Município. A execução e percentagem de execução quer do orçamento da receita em mais de 88%, quer do orçamento da despesa em 81,81%, relevava bem esse

Ata nº 21 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

conhecimento. Era a Prestação de Contas que apresentava de forma clara e inequívoca o maior saldo orçamental a transitar para 2019, 3,6 milhões de euros, do qual originava também um resultado líquido de cerca de 2 milhões, retirando os compromissos assumidos e não pagos que no essencial eram apenas as faturas entradas no último período. Anteriormente existia um período no início de cada ano seguinte ao ano corrente, para poder ainda efetuar algumas transações e de alguma liquidação, o que hoje não era possível, acomodando de certa forma aquilo que eram os compromissos assumidos e não pagos, e o resultado líquido de cerca de 2 milhões de euros e um saldo orçamental de 3,6 milhões de euros.-----

-----Salientou no quadro das contas uma redução da dívida em cerca de 3,5 milhões de euros, a dívida de curto prazo, com as últimas entradas de documentos financeiros, apontava para 1,9 milhões de euros quando no período homólogo do ano de 2017 apontavam para 2,9. Portanto havia uma redução mesmo assim com algum esforço de parte de todos os serviços e particularmente do Departamento de Administração e Finanças de liquidar o máximo possível a despesa até ao final do ano.-----

-----Realçou também uma redução de 16 milhões de euros, números redondos, para 13,6 milhões da dívida de médio e longo prazo, portanto o total de redução global de cerca de 3,5 milhões.-----

-----Nos últimos 4 exercícios a dívida global do município decrescera cerca de 10 milhões de euros, cerca de 40% naquilo que era o seu volume total da dívida global, o que representava não apenas o rigor na gestão das contas públicas, mas também, tendo em conta aquilo que se aproximava de um período de maior incidência de execução quer física quer financeira de projetos cofinanciados e dos acordos que o Município tinha assumido com a Administração Central, num conjunto elevado de investimentos, também a capacidade financeira que o Município hoje tinha para recorrer ao crédito, nomeadamente a capacidade de endividamento.-----

-----Destacou, de acordo com a última ficha da DGAL, a redução do prazo médio de pagamento que se situava em cerca de 30 dias.-----

-----Ao nível das Grandes Opções do Plano e particularmente do PPI, o nível de investimento ficara pelos 7,5 milhões de euros, mesmo assim superior ao executado em 2017, apesar de reconhecer que este saldo orçamental de 3,6 milhões de euros que resultava sobretudo daquilo que a CMS conseguia disponibilizar da receita corrente para fazer face a investimento, despesas de capital, poderia não ter sido aquele montante se eventualmente alguns dos instrumentos que estavam previstos iniciar em 2018 se tivessem iniciado, sendo que grande parte deles se estavam a iniciar neste primeiro período de 2019. ---

-----Garantidamente este saldo orçamental iria fazer muita falta para o conjunto de investimentos com procedimentos contratuais a decorrer.-----

Ata nº 21 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Ao nível do pessoal o Município fechara o ano com 905 trabalhadores. Existia uma grande aposta naquilo que era a reposição das necessidades ao nível dos trabalhadores em função dos constrangimentos oriundos das sucessivas Leis do Orçamento de Estado que impediam que os Municípios tivessem aquele rácio e otimização do ponto de vista daquilo que eram as necessidades identificadas ao nível dos recursos humanos. -----

-----Prosseguiu referindo o investimento efetuado ao nível de material circulante e equipamentos para fazer face aos serviços de proximidade, não esquecendo a higiene e limpeza urbana. -----

-----O início do conjunto das obras financiadas particularmente as obras do PAMUS com a intervenção no troço de Sampaio, Alfarim, Caixas, Maça, Santana. As intervenções no Castelo de Sesimbra ao abrigo do Portugal 2020, os arranjos exteriores do Bairro Infante Dom Henrique, o saneamento na Freguesia do Castelo, o fecho do saneamento da Freguesia do Castelo com as 2 empreitadas quer do Zambujal / Pinheirinhos, quer da Azóia, em que as duas juntas representavam cerca de 1,5 milhões de euros. A aposta na substituição das condutas de abastecimento de água sempre que ocorria uma intervenção ao nível do saneamento e das novas pavimentações, embora não com o ritmo feito nos últimos anos tendo em conta o volume de intervenções previstas. -----

-----A execução do conjunto de projetos que em 2019 permitiam avançar quer com as empreitadas e procedimentos em curso, o PAMUS, o HUB10 - Plataforma Humanizada e Conexão Territorial, a Mata da Vila Amália, o Bloco da Vila Amália e o Largo 2 de Abril, sendo expectável que o procedimento fosse lançado nos próximos tempos, a Escola Navegador Rodrigues Soromenho, o Cabo Espichel com a Aqueduto e as zonas exteriores, nomeadamente o estacionamento e o cercado, a Capela de São Sebastião, o Tribunal, o Centro de Saúde de Sesimbra que também fora objeto de candidatura cumulativa àquilo que era o financiamento por parte da Administração Central a fundos comunitários, a questão que também fora colocada e acompanhada pela Assembleia Municipal, e que ficara com a perceção de que todos estariam de acordo, com a retirada do auditório da Quinta do Conde do projeto da Escola do Conde 2, e a colocação e assunção da construção do auditório nos terrenos da Feira Festa, a Escola do Conde 2, o Centro de Recolha Oficial de Animais, a Eficiência Energética, eram alguns dos exemplos de projetos que o Município terminara, projetos de execução e outros em fase final. -----

-----A submissão das candidaturas em falta até 31 de dezembro para todos os projetos cofinanciados no pacto da AML ao nível do financiamento Lisboa 2020. -----

-----Ao nível do Pessoal a reorganização dos serviços ocorrera no final do ano. -----

-----Do ponto de vista imaterial, não retirando a responsabilidade da CMS mas havendo uma

Ata nº 21 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

racionalização e uma maior análise sobre aquilo que eram sobretudo as iniciativas ao nível cultural e turístico, o apoio ao associativismo mantivera-se com os níveis de financiamento dos anos anteriores.---

----- O trabalho de 2018 fora no essencial voltar a pôr os carris do ponto de vista dos investimentos estruturantes e conseguir terminá-los no ano de 2019. -----

-----A CMS iria ter de facto um problema a partir deste ano com a grande incidência, num curto espaço de tempo, dos investimentos estruturais para o desenvolvimento do Concelho, sendo que tinha havido um esforço enorme quer do ponto de vista das candidaturas, quer em terminar os projetos e os processos, por forma a garantir que o compromisso assumido fosse possível realizar. -----

-----Destacou o esforço feito ao longo do ano pelos trabalhadores da CMS, pelos agentes económicos, associações e a própria população, porque sem haver qualquer aumento daquilo que eram os valores das taxas e impostos locais que não tinham um aumento desde 2013, a não ser as atualizações por via da taxa de inflação prevista nos respetivos regulamentos, revelava um esforço financeiro e uma gestão rigorosa e financeira daquilo que eram as contas públicas e os compromissos assumidos perante a população. -----

----- Usou depois da palavra o **Vereador José Polido** que acrescentou relativamente à dívida, que a CMS passara de uma dívida de 27.600.000 euros em 2014 para uma dívida de 13.600.000 em 2018. De um prazo médio de pagamentos de 124 dias em 2014 para 36 dias, dados da DGAL, exatamente no mesmo período. No final do ano a autarquia não tinha pagamentos em atraso.-----

----- A dívida global do município representava 32,58% da execução orçamental enquanto que a do Estado Português representava 130 ou 140% do chamado PIB. -----

-----Estes números permitiam à CMS ir à banca comercial e contratar empréstimos de 11.918.000 € que era a margem disponível para poder recorrer a empréstimos caso sentisse necessidade para fazer obras num ano, e isto porque as regras tinham sido alteradas, porque se não tivessem sido, o limite total da dívida seria de 60 milhões, como a CMS tinha 15, o limite seria muito superior.-----

----- Com a questão da dívida global do País também as autarquias só podiam ir buscar à banca 20% do seu limite. -----

----- Prosseguiu dizendo que a execução orçamental também cumpria um princípio que era fundamental que era a capacidade que o município tinha de gerar receitas próprias para fazer face aos investimentos. A CMS tivera receitas correntes de 45 milhões e despesas correntes de 35 milhões, o que significava que tinha aqui um saldo real corrente, que era o saldo que a CMS podia utilizar para fazer face aos investimentos de 9.609.000 €. -----

-----Referiu que o Presidente da CMS dissera que a execução fora de 7.543.000 € porque nas regras

Ata nº 21 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

contabilísticas das autarquias locais a execução tinha a ver com aquilo que fora efetivamente pago, ou seja, a fatura que chegara e que fora efetivamente paga, mas gostaria de dar conhecimento do seguinte:

-----A CMS chegara ao final do ano com um PPI com um financiamento definido de 13.233.000 €, e para dar início ao procedimento de contratação de uma obra ou aquisição de uma viatura a CMS cabimentava 12.670.000, ou seja ficava uma saldo remanescente de 560.000, porque os valores às vezes não batiam exatamente certos. Por exemplo a CMS tinha 500.000 € e não podia comprar por 500,001 €, tinha que comprar por um valor inferior, portanto tinham ficado 563.000 € de saldo.-----

----- Do cabimento dos 12 milhões a CMS assumira compromissos com terceiros de 11.219.000 €, e as faturas que tinham chegado à autarquia daqueles 11.219.000 €, tinham sido 7.572.000, e a CMS pagara 7.543.000 euros. A dívida do investimento total do ano passado ficara em 29.874 € que fora a dívida mais baixa de sempre na autarquia relativamente ao investimento que era feito no concelho. -----

-----Usou em seguida da palavra o **Deputado João Rodrigues** que disse que iria dividir a sua intervenção em duas partes, a primeira para justificar o pedido que fizera de elementos adicionais para análise do Relatório e Contas e a segunda uma análise sucinta sobre as próprias Contas. -----

-----O ponto destinava-se a apreciar, avaliar e votar o Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respetiva Avaliação e Prestação de Contas'2018 e Aplicação do Resultado Líquido do Exercício'2018. Para o Deputado, o principal ponto de partida para análise seria o Orçamento votado em 15 de dezembro de 2017, reportando-se a 2018. O orçamento era elaborado com base nas GOP's assentes nas atividades mais relevantes e no plano plurianual de investimento. -----

-----Assim, na sua opinião, a AMS deveria ter na apresentação das Contas em cada ano, um mapa onde constasse os resultados com a mesma discriminação dos mapas das receitas e despesas discutidos e votados no âmbito desse orçamento. -----

-----Quer na reunião da Comissão "5", quer na reunião de todas as Comissões, tinha havido quem argumentasse questões de ordem legal, nomeadamente, de que a lei não obrigava a juntar aquele mapa.

-----Mas a Lei consagrava à AMS o dever e obrigação de fiscalizar a atividade da CMS, sendo que preferia que fosse acompanhar, interpelar, discutir e avaliar, porque não se sentia auditor interno nem externo, e muito menos fiscal.-----

-----Já no anterior mandato falara na falta de condições da AMS para desempenhar cabalmente a sua função, e sendo neste mandato, coordenador da Comissão de Administração e Finanças Autárquicas, sentia ainda mais o dever e obrigação de fazer alguma coisa para melhorar a situação na AMS e para o futuro.-Assim, para a reunião da Comissão 5 que realizara no dia 14 de março, agendara na Ordem

Ata nº 21 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

de Trabalhos, para além do Empréstimo de curto prazo, o assunto: Apresentação e discussão de propostas de informação a obter previamente e adicionalmente, no âmbito da próxima discussão de prestação de contas relativas ao ano de 2018.-----

-----Nessa altura solicitara aqueles dados porque considerava de elevada relevância, ainda mais porque o mapa de controlo orçamental começava na primeira coluna com “dotações corrigidas” e não com o orçamento que fora apreciado e votado. Assim não era fácil fazer a análise e por isso o que pretendia era o seguinte: existia uma despesa e uma receita orçamentada que fora votada e queria ver versus, uma despesa / receita real. Era com base no que fora votado que queria saber o que é que tinha acontecido àquelas rúbricas no final do ano, e assim ser fácil detetar as divergências e questionar o órgão executivo sobre as alterações.-----

-----Aquela documentação tinha ainda mais relevância para a discussão de orçamentos futuros porque a AMS passaria a ter como referência não só os Orçamentos anteriores mas também a despesa e a receita real.-----

-----Defendia que os executivos tinham que cumprir as suas promessas e por isso entendia que as assembleias municipais deviam ter um elevado rigor na exigência do seu cumprimento.-----

-----Relativamente às contas, o Presidente da CMS já falara e com razão, do excepcional desempenho financeiro do executivo, nomeadamente com a redução do endividamento global, em mais de 3,5 milhões de euros dando margem à concretização de maior investimento no futuro, contudo queria afirmar que a autarquia estava no período das vacas gordas, isto para que ninguém se esquecesse das vacas magras. Todos se lembravam que no passado a CMS recorreu ao PAEL e não fora por acaso. Devia-se ter os pés bem assentes na terra. -----

-----Em relação a 2018 todas as receitas de impostos tinham aumentado, exceto a derrama. IMI mais 5% tinham sido cobrados mais 700.000 €, IUC mais 68% e cobrados mais 600.000 €, IMT mais 60% e cobrados mais 2.500.000 €. A receita de taxas, loteamentos e obras aumentara cerca de 40% ou seja mais 560.000 €. Tudo isto para dizer que alguém pagara porque entrara nos cofres da autarquia em 2018, em impostos e taxas, mais de 4.500.000 €, ou seja aquela receita aumentara 22%, passando dos 20.400.000 €, números redondos para 24.800.000 €.-----

-----Todos sabiam que aquela receita estava dependente do tempo das vacas gordas ou magras, por outro lado também não se podia ignorar o aumento crescente dos encargos com pessoal cuja despesa voltara a aumentar em 2018 em mais de 1.500.000 €, uma despesa fixa e com continuidade. Aumentara mais 5%. Eram aqueles os alertas que queria deixar.-----

Ata nº 21 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Para terminar, o MSU não podia aceitar que o Parecer, a Certificação Legal de Contas e o Relatório de Conclusões e Recomendações de Auditoria de 2018 do Município fosse recebido ao meio dia do próprio dia da sessão. Era impossível preparar o trabalho e receber ao meio dia um documento importantíssimo do auditor que estava a validar as Contas. -----

-----Por último agradeceu o esforço dos técnicos da autarquia de tentar fornecer os dados que solicitara. Recebera-os já na sessão e ainda não tinha tido oportunidade de os analisar mas posteriormente daria o seguimento considerado apropriado. -----

-----Tomando o uso da palavra o **Deputado Sérgio Faias** referiu que o ponto da Ordem de Trabalhos era o exercício de análise daquilo que fora a execução das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018, que não refletia em termos de estratégia política, exatamente aquilo que seria a estratégia do PS para o concelho de Sesimbra, e não tinham recebido a aprovação do PS, e ao analisar o resultado da execução dessas opções teria que ter essa premissa apesar de estar incluído um conjunto de investimentos com os quais o Grupo Municipal do Partido Socialista se identificava e que considerava positivos para o Concelho, no entanto existiam algumas opções à partida com as quais o PS não se refletia. -----

----- A nível da análise do que era o resultado, considerava que a execução tendo em conta a premissa porque o que se estava a fazer era precisamente a comparação dos resultados face áquilo que o executivo se propusera realizar, considerava que a nível global, essa execução estava dentro de parâmetros aceitáveis, quer em termos de receita, quer em termos de custos, no entanto, numa análise mais setorial, acabava por deixar alguma preocupação relativamente a algumas áreas onde a execução ficara aquém daquilo que considerava que seria aceitável. -----

-----Relativamente aos documentos e a análise dos mesmos disse que no seu conjunto cumpriam os requisitos legais e isso estava espelhado no relatório tardio que a AMS recebera e no parecer do Revisor Oficial de Contas, no entanto não podia deixar a nota de que para um conjunto de Deputados democraticamente eleitos que exerciam a sua atividade e tempo parcial e que tinham de analisar documentos com a complexidade que aqueles documentos tinham, tornava-se naturalmente difícil quando os documentos eram dispensados com tão pouco tempo de antecedência. No caso da Assembleia ainda tinham tido a possibilidade e até com uma reunião prévia para apresentação de alguns valores, e com a permissão até de serem pedidos esclarecimentos adicionais, e entregues no início da reunião, os quais queria agradecer. Não tinham chegado a tempo útil para a análise que gostaria de fazer, no entanto era um primeiro exercício, e esperava que nos próximos anos os serviços pudessem adicionar esta

Ata nº 21 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

informação de base para complementar a informação que iria permitir uma análise muito mais profunda aos documentos para apreciação e votação.-----

-----Relativamente ao Parecer do ROC, tendo ele chegado hoje, perguntava se no contrato com o Revisor Oficial de Contas estavam estabelecidos prazos para a entrega dos documentos, e se estivessem definidos se tinha sido ou não cumprido o prazo definido no contrato.-----

-----No Relatório de Auditoria verificava-se uma análise sobre alguns contratos e procedimentos da contratação pública que suscitara ao GM do PS algumas dúvidas que gostaria de ver esclarecidas. Existia um contrato com a ITEN SOLUTION – Sistemas de Informação SA, que julgava ter sido um contrato inicial feito através de um ajuste direto e depois existia um segundo contrato também por ajuste direto. Perguntou a opção do segundo contrato ser por ajuste direto. Julgava que o primeiro poderia ter sido por a CMS ainda não ter a ideia exata de quais seriam os valores e como seria exercido o contrato, mas no segundo já existiria alguma experiência que permitiria ver precisamente qual seria o valor. Ali, parecia-lhe que o ajuste direto não tinha sido o mais adequado mas gostava de perceber o porquê, existindo uma nota do Auditor sobre o tema.-----

-----Sobre a contratação de serviços com uma empresa de consultoria jurídica pensava que o facto do valor que estava em causa também ter sido por ajuste direto, teria a ver por o concurso ter sido lançado ainda ao abrigo do anterior CCP – Código dos Contratos Públicos, mas gostaria de ouvir um esclarecimento sobre o assunto.-----

-----Sobre a PETROGAL e os ajustes diretos causava algumas dúvidas perguntando se não existia à partida uma ideia de qual seria a despesa anual com combustíveis na autarquia, e se quando se fazia um concurso se não seria melhor fazer um concurso público para todo o ano com os respetivos ganhos de eficiência que isso traria, em vez de se andar a fazer ajustes diretos, o que podia, ao abrigo da contratação pública, a levar a pensar se não seria um fracionamento de despesa para que se pudesse fazer ajustes diretos.-----

----- Perguntou depois qual era o número de viaturas e a respetiva evolução entre 2017 e 2018, quantas viaturas eram neste momento elétricas e híbridas elétricas, qual a idade média da frota e a evolução de 2017 para 2018, portanto se a idade média da frota aumentara ou baixara, e se conseguiam avaliar quais eram, neste momento, as poupanças que a aquisição dessas viaturas tinham trazido em termos de redução no consumo de combustível.-----

-----Continuando a intervenção e referindo que por se estar a falar da prestação de contas de 2018, e sendo uma questão já colocada a propósito da transferência de competências, disse que gostaria de

Ata nº 21 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

voltar a colocar a questão se existia uma estimativa de quais eram os custos totais anuais com a limpeza das praias do concelho.-----

-----Depois relativamente à questão da água, sendo um bem escasso e que devia ser cada vez mais valorizado, gostaria de saber se existia uma estimativa daquilo que eram as perdas na rede no ano de 2018, em termos percentuais se assim pretendessem, relativamente ao volume de todas as captações ou se existia indicação do volume das captações, e qual era o valor de toda a água que era faturada no Município para que pudesse depois, com base nesses dois resultados, calcular as perdas de água em 2018. Isto tinha a ver com o facto de no plano plurianual de investimentos ter identificado que existia uma medida que tinha a ver com a questão da telegestão do sistema de águas, página 13 do PPI, objetivo 8, programa 1 2007/130-15, em que referia uma taxa de 4% deste programa de telegestão. Sabendo que a água era um bem escasso seria importante perceber porque é que aquele programa tinha uma taxa de execução tão baixa ou se aquela baixa taxa de execução tinha a ver com a diferença entre o que era a execução financeira e o que estava já cabimentado. -----

----- Depois também olhando para o PPI portanto questões que o GM do PS salientara como muito importantes na discussão das GOP's 2018, que tinham a ver com a recuperação e reparação daquilo que eram os bairros municipais, na área da ação social, página 7, objetivo 5 do programa 1 2017/88-1 surgia uma taxa de execução de 40%, pelo gostaria de perceber o porquê daquela taxa de execução inferior a 50%. --- -----

-----Olhando para o total do que eram os investimentos, também no objetivo 3 da ação social, questionava a razão da taxa de execução total de 18,32%, página 5, e se no geral a execução podia dar a indicação de que o executivo cumprira parte dos objetivos quando se analisava o plano setorial verificavam-se questões específicas que deixavam o GM do PS com alguma preocupação. -----

----- Relativamente aos totais na página 18 do PPI, na defesa do meio ambiente também deixava alguma preocupação a execução não ser superior a 60%, com a conservação das áreas verdes do Concelho com taxas de execução de 46%, ou no investimento de eficiência energética nos equipamentos desportivos municipais aparecer taxas de execução não superiores a 37%.-----

----- Na página 20 do PPI existia um projeto de Instalação do sistema *wireless* para todos os serviços que pensava que permitiria uma eficiência maior nos próprios serviços da Câmara Municipal, a execução estava a 0%. -----

-----Usou depois da palavra o **Deputado João Valente** que referiu que infelizmente os documentos do ROC tardaram a chegar mas ninguém destacara a primeira página onde o saldo era positivo e desta forma

Ata nº 21 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

as despesas de capital iriam ser cumpridas, ou seja, a CMS cumprira e continuaria a cumprir com o Estado Português o que era mais relevante para a população que no fundo era a construção do Tribunal, a construção do Centro de Saúde, a ampliação e requalificação da Escola Básica, o inicio das obras na Escola da Quinta do Conde 2, e a relevância para o Concelho de projetos como o Cabo Espichel, entre outras obras, o Bloco da Mata, etc.. O que ficava demonstrado era que sem aumentar impostos e com uma gestão responsável o Executivo continuava a investir no concelho de Sesimbra. Os tarifários dos serviços mantinham-se ao longo dos anos. -----

----- A Câmara Municipal de Sesimbra vinha substituindo nas obras que deveriam ser de outras competências.-----

-----Os Fundos Comunitários eram sempre oportunamente aproveitados ao invés da participação obrigatória do Fundo de Apoio Municipal (FAM) conforme se destacava no Relatório que tinha 16 páginas. A FAM dizia respeito às transferências provenientes da Administração Central que cada vez eram menores e não ultrapassavam os 2,31% do valor nominal. O que significava que a expensas próprias, a Câmara Municipal de Sesimbra continuava a responder conforme referira antes. O FAM era sempre revisto em baixa e era desta forma que a Câmara e o concelho de Sesimbra eram tratados pela Administração Central. -----

-----Estava demonstrado nos documentos que a dívida vinha sendo desagravada e que havia um trabalho que tinha sido iniciado e continuava a respeitar o desenvolvimento económico e social do concelho de Sesimbra sempre a favor da população e com qualidade de vida.-----

-----Tomou depois o uso da palavra o **Deputado Lobo da Silva** que disse que os documentos respeitantes ao relatório de atividades e contas referente ao ano de 2018 eram documentos abrangentes e no entender do GM do PSD não iria intervir de uma forma demagógica sobre aquele investimento ou despesa mas sim na sua globalidade, ou seja naquilo que resultava de todas as receitas e investimentos no ano de 2018 e isso estava bem visível. -----

-----Fora dito e o PSD não concordava, que se estava a viver num período de vacas gordas. Já tinha havido tempos em que a autarquia passara grandes dificuldades e tivera que gerir os recursos que tinha de uma maneira diferente. Era verdade que o País atravessava hoje condições económicas muito boas e era lógico que se refletisse na autarquia da mesma forma que no passado quando o Estado vivia com dificuldade se refletira na autarquia.-----

-----Não se deviam esquecer também do trabalho realizado por toda a equipa de autarcas e dos trabalhadores que tinham contribuído para se chegar aos números dos documentos. -----

Ata nº 21 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Chegara ao final do ano com um saldo positivo de mais de 2 milhões, com pagamentos a serem cumpridos como sempre se pretendia, e com uma dívida global a descer. -----

-----Recordava que já viera à AMS dívidas globais superiores a 28, 29 e 30 milhões de Euros, portanto era evidente que existia em conjunto um esforço muito grande. Também era verdade que não se podia esquecer que da parte do Estado Central, ou seja dos governos, e não faz distinção porque eram transversais, as transferências que o estado fazia para a autarquia eram valores praticamente insignificantes e se a autarquia vivesse deles pouco ou nada poderia executar. -----

-----O GM do PSD, coerentemente ao longo dos tempos vinha defendendo que enquanto o município de Sesimbra precisasse de investimentos, não se poderia abdicar de receitas próprias, era uma questão de opção, assim como na vida de cada um, tinham que ser tomadas opções, ou se tinha dinheiro e se comprava um carro melhor ou não se tinha dinheiro e comprava um carro mais inferior, agora não se podia andar de Maserati e ganhar o ordenado mínimo nacional. A autarquia não podia prescindir das receitas próprias porque era efetivamente o motor, a alavanca de toda uma gestão camarária.-----

----- O GM do PSD não entrava na política demagógica de dizer que se devia baixar mas depois, ao mesmo tempo, querer fazer investimento, portanto tinha que haver equilíbrio. -----

-----Existia uma questão que deixava o GM do PSD um pouco preocupado que era a dívida de terceiros, que estava identificada, à Câmara Municipal, que ascendia a mais de 22 milhões de euros. Era de opinião que a autarquia teria que reduzir esta fatia. Tinha sido dito na reunião das Comissões que grande parte desta verba estava afeta às AUGIS e sabia quem era o denominador comum, e a dificuldade em gerir todo este processo provavelmente com pinças. Mas de facto era um valor preocupante. -----

-----Com equilíbrio financeiro era altura de continuar e incrementar o progresso e o desenvolvimento sustentado. O GM do PSD não tinha problema em aprovar um qualquer empréstimo desde que fosse para o desenvolvimento do Concelho.-----

-----Não se podia só querer reduzir a dívida e ter valores positivos a passarem de um ano para o outro, mas sim investir de uma forma sustentável, e entendia que as candidaturas ao Portugal 2020 não podiam ser descuradas, a água não passava por baixo da ponte duas vezes, tinham que saber aproveitar dentro daquilo que era o princípio da gestão. Não se esquecia que era a CDU que estava a gerir o Município, mas era evidente que cabia à AMS opinar sobre candidaturas e sobre possíveis investimentos no Concelho e no entender do GM do PSD deveriam ser com as candidaturas ao Portugal 2020. -----

----- Devia-se apostar no turismo além fronteiras no que dizia respeito ao turismo de inverno, porque quanto ao turismo de verão não se podendo dizer que estava sólido porque poderiam existir situações

Ata nº 21 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

que não se dominava, mas Sesimbra tinha uma grande oferta no verão, no entanto pecava com a oferta de turismo de inverno mas Sesimbra tinha todas as qualidades, bastava ver as temperaturas amenas em relação a certos países da Europa do Norte. Existia procura sénior no turismo de inverno e Sesimbra tinha todas as potencialidades para oferecer, assim como devia apostar no turismo religioso que estava efetivamente a dar os seus passos e já existia quem estivesse com essa visão estratégica de que o turismo religioso poderia ser uma mais-valia. -----

-----Com toda a questão monetária como estava, com contas consolidadas e com mais valias, não existia razão nenhuma para a autarquia se atrasar em certas obras se da parte financeira não existia, e essa era o motor e o desenvolvimento da economia. Estavam diversas obras em curso, outras ainda estavam no papel e não se podia atrasar mais. -----

-----Deixava um alerta para o PAMUS que em algum aspeto estava atrasado, pensava que com aquela consolidação orçamental a CMS teria que avançar mais rapidamente, porque existiam todas as condições para se chegar a bom porto. O GM do PSD estava disponível como sempre estivera para trabalhar em prol do concelho.-----

----- De facto havia que ter em atenção quando o Revisor Oficial de Contas entregava a documentação no próprio dia da sessão. Já acontecera em tempos, mas não devia acontecer e tinha que ser melhorado. -----

-----Referiu depois uma situação que não tinha a ver com as Contas mas sim por uma questão humana. O Presidente da CMS dissera que as Villas de Sesimbra teriam que contratar pessoal de fora. Era evidente que não era da competência do Presidente mas pelo menos devia-se saber que tipo de trabalhadores estavam ali a trabalhar porque hoje em dia era muito fácil dizer que não existia mão-de-obra mas sabia-se o que se estava a passar infelizmente por essa Europa fora e Portugal não era exceção, em que pessoas estavam a trabalhar em Portugal sem condições, com um rendimento muito inferior ao ordenado mínimo nacional, e receber 50 € ou 100 € por mês era muito dinheiro. -----

----- Sabia que a CMS não tinha esse poder mas devia saber que tipo de pessoas estavam a trabalhar no Concelho, nomeadamente naquele tipo de obras, porque todos tinham conhecimento e liam jornais com notícias de relatos de pessoas que muitas vezes eram trazidas de países africanos, e não só e que estavam a trabalhar de uma forma impensável no século XXI e nomeadamente em Portugal, como escravos. Portanto ficava um bocado preocupado não pondo em causa a honestidade das pessoas nem tinha esse direito, mas tinha a obrigação enquanto autarca de alertar para o facto. -----

-----Usou depois da palavra o **Deputado João Pólvora** que referiu que o Revisor Oficial de Contas

Ata nº 21 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

efetuara 3 reservas às demonstrações de resultados. Já tinham tido a oportunidade de discutir algumas situações que no seu entendimento estavam claras, nomeadamente no ponto 1, mas relativamente à questão de as mesmas situações em anos diferentes terem tido políticas contabilísticas diferentes, seria importante um esclarecimento do executivo relativamente às reservas. -----

----- Disse depois que na reunião conjunta das Comissões tinha tido o feedback relativamente à situação dos jovens que se encontravam a desenvolver estágios durante o ano de 2018 na Câmara Municipal de Sesimbra. Sendo a precariedade do emprego nos jovens uma preocupação, queria perceber se dos 48 jovens que desenvolveram estágios curriculares na autarquia, alguns destes licenciados e a desenvolver trabalhos técnicos relevantes para a autarquia, se tinha sido efetuado algum tipo de contrapartida financeira a estas pessoas e o porquê da opção.-----

-----**O Deputado José Guerra** disse que ia apresentar um conjunto de perguntas aleatórias sendo que se não fosse possível responder hoje enviaria por escrito.-----

-----Disse que nos documentos os valores de alguns itens não eram claros.-----

----- Fora abatida uma viatura no item 10.705 por 146.000 € perguntando em que circunstâncias tinha sido abatida essa viatura.-----

-----Tinham sido compradas 11 poltronas de cinema a cerca de 7.250 € cada, perguntando se aquele era o preço médio de todas as cadeiras de cinema.-----

-----Tinham sido adquiridos 12 contentores MALOK a 2.300 € cada e um a 33.000 € perguntando a razão daquela diferença e onde se encontrava este último.-----

----- Fora também adquirida para o cinema uma cadeira para criança no valor de 8.700 € perguntando se era uma cadeira especial para criança com deficiência ou se era um preço normal.-----

-----Perguntou depois se a CMS estava a cumprir o Decreto-Lei n.º 111-B/2017, 31 de agosto, em que os Ajustes Diretos para aquisição de bens móveis não devem ser superiores a 5.000 €.-----

-----Questionou depois a razão por que as cobranças de dívidas duvidosas tinham aumentado cerca de 543.000 € em 2017 e em 2018 tinham aumentado o dobro – 1.150.000 €, perguntando se a Câmara Municipal estava a tomar todas as diligências para cobrar essas dívidas.-----

-----Em seguida perguntou o que tinha sido feito para que AMARSUL enviasse o resultado líquido de 2018 que ainda não enviara e porque é que a CMS demorara 3 anos e meio na resolução do contrato da OBRIVERCA do campo de futebol se em 2014 já tinha sido deliberado o seu incumprimento.-----

-----Por último perguntou se existia atraso nas empreitadas dependentes de fundos comunitários e em acaso afirmativo, em quais.-----

Ata nº 21 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Interveio depois o **Deputado José Braga** que após cumprimentar todos os presentes, iniciou por dizer que era sua convicção que o sentido de voto dos Grupos Municipais do Partido Socialista e do Bloco de Esquerda sobre o documento de Prestação de Contas que estava em análise e discussão, ficara decidido em 15 de dezembro de 2017. Esta convicção baseava-se no facto daqueles Grupos Municipais terem votado contra o Orçamento e as GOP's para 2018, ou seria que tinham votado contra e aprovavam agora os resultados. Não acreditava que isso acontecesse tendo em consideração a posição assumida relativamente à Prestação de Contas de 2017, ficando claro que quando votavam contra o Orçamento e as GOP's estavam a indicar a forma como iriam votar o documento de Prestação de Contas, ou seja, a sentença era produzida antecipadamente independentemente dos resultados que se viessem a verificar.

-----Era provável que durante o debate aqueles grupos políticos não assumissem a sua posição de forma clara.-----

-----Sobre o documento de Prestação de Contas 2018 salientou o resultado líquido positivo no valor de 2,3 milhões de euros, um saldo real de tesouraria na ordem dos 1,7 milhões de euros sendo o primeiro saldo positivo desde há muitos anos, recordando que em 2011 o saldo fora negativo em 20.900 euros.--

----- O saldo orçamental de 3,6 milhões de euros, o montante mais elevado de sempre, a redução da dívida em cerca de 3.500.000 €, a diminuição do endividamento global que passara do montante de 19 milhões no final de 2017 para 15.500.000 € no final de 2018, uma situação financeira reforçada e perfeitamente equilibrada e inexistência de pagamentos em atraso.-----

----- Apesar do grande desagravamento da dívida, a concretização dos investimentos programados, o cumprimento dos encargos da estrutura dos serviços municipais, o cumprimento do serviço da dívida, os apoios de âmbito social e associativo, entre outros, não tinham deixado de ser realizados. Face aos bons resultados alcançados questionou se algum Grupo Municipal iria votar contra.-----

----- Se o documento de Prestação de Contas de 2018 apresentasse uma execução orçamental na rubrica das receitas de 100%, ou mais, relativo ao previsto inicialmente, se a taxa de execução das GOP's atingisse os 100% do previsto inicialmente, mesmo assim e muito provavelmente, para não dar a certeza, aqueles 2 grupos políticos votariam contra. Utilizariam todo o tipo de argumentação para demonstrar que o seu voto era decidido tendo em conta o documento de prestação de contas, o que era desmentido pela posição assumida no ano passado.-----

----- O primeiro motivo era o que referira no início da sua intervenção e o segundo era de ordem política ou ideológica e tinha a ver com a força política que geria os destinos da autarquia, independentemente dos resultados, porque seriam da gestão CDU.-----

Ata nº 21 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Para alguns o principal critério utilizado na definição e decisão do modo de votar não era ter em consideração o conteúdo dos documentos, os resultados, o rigor, os méritos, os benefícios que os resultados representavam para o desenvolvimento do concelho e para a melhoria da qualidade de vida da população.-----

-----Tomando o uso da palavra, o **Presidente da CMS** começou por responder ao Deputado João Rodrigues dizendo que admitia que ao olhar a densidade de documentos, Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e Prestação de Contas, duas situações se sobressaíam independentemente dos números, que era a dificuldade técnica para a maioria dos eleitos, e o Deputado João Rodrigues até era ligado à área, e por outro lado o tempo que era preciso disponibilizar.-----

-----A legislação estava feita daquela forma e aqueles eram os documentos que as câmaras eram obrigadas a votar e a enviar às assembleias municipais para apreciação e votação de acordo com a legislação em vigor.-----

-----O documento que o Deputado João Rodrigues enfatizara mais, era um mapa que o sistema não tinha, mas se cada um perdesse um bocadinho de tempo, e não precisava de ser de um técnico na área, conseguiria apurar os valores pretendidos. A AMS aprovava o Orçamento com as Grandes Opções do Plano e recebia todos os trimestres informação financeira do município. O legislador permitia e dava essa faculdade às câmaras municipais de poderem fazer modificações orçamentais e permitia inclusivamente que aquela competência pudesse ser delegado num vereador que levaria posteriormente à CMS para conhecimento, porque era um instrumento de gestão financeira e era necessário alguma fluidez e celebridade. Se uma modificação orçamental obrigasse a uma deliberação da AMS, o Município parava.

-----O mapa em questão nunca fora feito porque quem estava na gestão corrente percebia efetivamente onde é que se podia retirar determinado valor e onde se reforçava, ou seja era pegar nas grandes opções do plano e onde estava previsto, por exemplo, que se realizasse a obra da Navegador Rodrigues Soromenho em cerca de 300 mil euros, e que não fora executada, mas que iria ter uma execução por exemplo na pavimentação, onde estava previsto 400 e agora eram precisos 600 para cabimentar o respetivo procedimento e compromissar, o técnico iria à rubrica da Navegador Rodrigues Soromenho retirava os 200 e colocava nas obras de pavimentação. Era uma ferramenta de gestão.-----

-----Ao se olhar o balancete das Grandes Opções do Plano e do Orçamento que era enviado trimestralmente à AMS rapidamente se chegava à conclusão sobre o que era o orçamento inicial, aquilo que fora corrigido e aquilo que fora executado que estava na parte final.-----

-----O mapa fora feito pelos serviços e não tinha sido feito mais cedo porque os serviços não podiam

Ata nº 21 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

parar sempre que era necessário e sempre que eram precisos documentos que eram cumulativos e que a AMS necessitasse para uma leitura diferente mas que não eram exigidos legalmente. A CMS não podia parar os serviços em função daquilo que era exigido e não era só a Assembleia Municipal, mas todos os dias com a cabimentação, compromissos, os mapas do SEAL, conferência de faturas, etc.. -----

-----O mapa tinha sido feito manualmente e não através do sistema informático. E fora feito exatamente o que afirmara anteriormente. Existiam rubricas das GOP, e por inerência do orçamento que podiam estar no início com 10.000 €, que passavam para 2.000 € e acabavam o ano com 50.000 €. Tinham havido 18 alterações orçamentais e se fosse preciso seriam 20.-----

-----Como o mapa em questão não era exigível por lei ele não constava no software, utilizado por 60% das autarquias, e os técnicos tiveram de picar manualmente as rubricas do Orçamento e das GOP com o que estava previsto inicialmente, as correções, o cabimentado, o liquidado e o pago.-----

-----Quanto à observação do Deputado João Rodrigues sobre o período das vacas gordas e do aumento das receitas disse que era um facto, mas o discurso era utilizado muitas vezes para extrapolar uma questão que era diferente, porque a CMS não aumentara aquilo que tinham sido os encargos sobre cada um dos cidadãos, relativamente às receitas fiscais do município. A receita fiscal do município aumentara, a carga fiscal sobre os cidadãos individualmente e sobre as famílias não aumentara. -----

-----Ao existirem mais transações imobiliárias, o IMT subira para mais 60% do que aquilo que estava previsto pelo próprio Município. Quanto ao IMI, se tinham existido reabilitações, novas avaliações e construções com a retoma também do imobiliário, a receita aumentara. -----

-----Se tinham existido mais loteamentos e obras era normal que a receita tivesse aumentado.-----

-----Se tinham existido mais viaturas adquiridas em função da conjuntura económica, a receita do IUC aumentara. -----

-----Não tinha existido penalização dos cidadãos. O Município desde 2013 que não tinha qualquer alteração daquilo que era a incidência tributária sobre as famílias, muitas vezes até contra o que eram as orientações do próprio PAEL. Em 2013 e 2014 o Município deveria ter explorado ao máximo a sua capacidade de arrecadação de receita no que respeitava às taxas e impostos locais. -----

-----Também era verdade que se olhasse para a questão dos números numa perspetiva mais *makro* percebia-se claramente que a execução ficara abaixo do que era expectável apesar de estar comprometido, mas muitas das obras não se tinham iniciado como a Escola do Conde 2, com quase 2 milhões de euros que se iniciara em 2019, como o canil não tinha tido nenhuma despesa ou execução, o posto combustível cujo concurso ficara deserto e não tinha tido execução, e portanto tinha existido

Ata nº 21 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

dificuldade de execução, mas também era verdade que se essa execução tivesse acontecido, provavelmente o Município não teria um saldo orçamental de 3,6 milhões de euros, mas teria mais receita da parte elegível e por isso é que a execução também da receita de capital ficara abaixo do que estava previsto. -----

----- O valor de 3,6 milhões, sendo que o resultado líquido eram 2 milhões porque o resto era de compromissos assumidos e não pagos, porque já estava comprometido e transitava para o ano de 2019, mas desses 2 milhões de certeza que seriam para fazer face àquele conjunto de investimentos que iriam calhar num curto espaço de tempo, e quiçá não seria necessário o Município recorrer a empréstimo porque era num curto espaço de tempo. -----

-----O Município tivera o cuidado para garantir essa liquidez do ponto de vista da capacidade de endividamento e de uma boa gestão e rigorosa das contas públicas, e amortizar o empréstimo de quase um milhão de euros que tinha uma taxa de juro comercial muito acima daquilo que era hoje cobrado pela banca comercial. Tirara esse ónus mas garantia, por outro lado, uma capacidade de endividamento maior para aquilo que efetivamente fosse necessário.-----

----- Quanto às questões do pessoal, o Presidente da CMS disse que já explicara porque é que tinham existido novas contratações. Não se podia à segunda-feira dizer que era preciso mais limpeza e reforço daquilo que eram os serviços de proximidade, e à quarta-feira dizer que era preciso cuidado com as despesas com o pessoal. A Câmara poderia transformar aquilo que devia ser trabalho efetivo em prestação de serviços, mas essa não era a estratégia da CMS. Se era um trabalho efetivo no quadro das competências do município ele devia ser assumido no quadro dos trabalhadores municipais. Acrescentou que garantidamente não ficaria mais barato.-----

----- Disse que não se devia esquecer que no ano de 2018 não tinha havido só a nova contratação de pessoal, mas também a atualização do salário mínimo nacional, bem como a reposição dos rendimentos por via do descongelamento da progressão nas carreiras, perguntando se a CMS deveria ser contra. Sendo uma Câmara da CDU não podia ser contra o descongelamento das carreiras na função pública, nem contra o aumento do salário mínimo dos trabalhadores que recebiam 580 € quando a CDU propusera que fosse para 650 €. -----

----- Fazendo um retrocesso disse que a conjuntura económica e particularmente de alguma estrutura da receita, que poderia ser volátil, o IMT e as taxas urbanísticas, revelara-se acima daquilo que eram as expectativas da arrecadação de receitas, mas também o município, em anos anteriores, mesmo em situação de maior dificuldade financeira, nunca deixara, e muitas vezes contra a vontade e estratégia de

Ata nº 21 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

outras forças políticas na Assembleia Municipal, de investir, de procurar os fundos comunitários, de recorrer ao crédito quando fosse necessário, porque aquilo que fazia era em prol do desenvolvimento do Concelho. Se não fosse assim, a taxa de saneamento na freguesia do Castelo não passaria os 50%, se não fosse assim a marginal de Sesimbra e a requalificação da Fortaleza estariam por fazer. -----

----- Lembrou em seguida alguém que infelizmente não acabara o mandato, que dissera que mesmo com aquele esforço iria terminar o mandato com uma dívida inferior àquela com que assumira a gestão do Município. Atravessara o pior período da história financeira do país e da câmara municipal e conseguira fazê-lo e isso tinha que ser valorizado. -----

-----Se amanhã o período fosse “mais magro” o Município também não iria deixar que a boa gestão reconhecida à CMS prejudicasse os interesses dos cidadãos e do próprio concelho até porque a experiência de boa gestão não era só dos políticos mas da equipa. -----

-----Quanto ao Parecer do Revisor Oficial de Contas disse que não sabia se o contrato referia os prazos, mas uma coisa sabia, todos os anos era a mesma coisa. Hoje chegara ao meio-dia porque tinha havido uma pressão imensa particularmente do Vereador José Polido, para a entrega do Relatório e da Certificação a tempo da sessão da AMS porque senão chegaria nas próximas semanas. -----

-----A situação não vinha sendo fácil, e daquilo que conhecia, também nos outros municípios não era diferente.-----

-----Quanto às questões de pormenor colocadas pelo Deputado Sérgio Faias sobre os contratos de prestação de serviço respondeu que relativamente à Sociedade de Advogados fora de facto um procedimento anterior ao novo CCP, um ajuste direto até 75.000 € mais IVA dava aquele montante, o próximo procedimento já teria que ser no mínimo com consulta prévia, a questão da ITEN tinha a ver com uma situação muito específica porque a empresa ganhara aquele procedimento por consulta prévia, mas a CMS não conseguira concluir o procedimento do concurso público a tempo e horas, e portanto corria o risco assumido de poder ficar sem equipamentos, porque não existindo contrato, retirava os equipamentos e parava a CMS, e mesmo assumindo o risco, a CMS tivera que fazer um segundo procedimento também por consulta prévia, por forma a se conseguir ter preparado o concurso público dentro do prazo.-----

-----A questão da Petrogal e do fornecimento do gasóleo tinha a ver com uma questão muito antiga e por isso é que o concurso ficara deserto e a CMS avançara com um novo procedimento para a construção do depósito na Fonte de Sesimbra porque o equipamento que existia na Fonte de Sesimbra era da GALP. A CMS já tentara comprar por diversos anos o equipamento à GALP e nenhum outro fornecedor fornecia

Ata nº 21 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

o equipamento da Galp e portanto a CMS estava a lançar novo procedimento para a construção do posto de combustível.-----

-----Os valores das diversas gasoleiras eram praticamente iguais nos montantes, podia haver uma pequena diferença residual nos acordos quadro, mas vinha sendo este o problema que ao longo dos anos a CMS tinha e só o iria resolver quando tivesse o posto de abastecimento em seu poder e não da propriedade da GALP ou Petrogal.-----

----- Sobre o número de viaturas disse que não tinha presente, tinha a ideia de que seriam 108 ou 110 viaturas sendo que existia um número considerável de algumas viaturas no sistema de *renting*. Tinha havido necessidade de se refazer um procedimento para *renting* de 16 viaturas, e neste momento a CMS estava a equacionar se justificava a aquisição de viaturas, de pelo menos parte delas, ou através do sistema de *renting*.-----

-----Relativamente à questão da perda de água, o Presidente da CMS disse que sem prejuízo do investimento feito no quadro da reabilitação de toda a rede de abastecimento e distribuição de água a CMS efetuara uma candidatura no valor de 1,8 milhões de euros entregue no mês de fevereiro para as perdas e telegestão.-----

-----Quanto à execução, a CMS tinha uma execução líquida de 7,5 milhões em 2018 no quadro do PPI, execução que não significava o compromisso mas sim o pagamento, sobre um total de cerca de 13 milhões sensivelmente. Era óbvio que a execução não podia ser global de 100%, existiam rubricas que tinham uma execução superior e outras inferior.-----

-----À questão da habitação municipal que o Deputado Sérgio Faias colocara o Presidente da CMS explicou que a CMS tinha uma candidatura em que só realizara as obras no bairro Infante Dom Henrique que abrangia os arranjos exteriores no Bairro do Zambujal, Bairro da Boa Água e Bairro da Almoíña, desses só fora executado as do Bairro Infante D. Henrique, as outras 3 ainda não haviam sido executadas, quer do ponto de vista de execução financeira quer do ponto de vista de execução física.-----

-----Existiam rúbricas que estavam a 0% mas também tinham valores residuais e não tinham nenhum peso significativo. Mas era a situação da volatilidade que referira anteriormente do instrumento que se chamava Grandes Opções do Plano.-----

-----Falando depois nos atrasos relativos aos fundos comunitários explicou que a tramitação de um procedimento na CMS não era fácil, a CMS estivera em 2018 a terminar um conjunto significativo de projetos e neste momento tinha o mesmo problema, porque era a mesma equipa técnica que por acaso tivera algum reforço mas não era significativo, do ponto de vista de dimensão do trabalho, que tinha que

Ata nº 21 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

preparar todas as peças processuais, lançar todos os procedimentos nas plataformas, e em simultâneo fazer os relatórios, dar respostas aos relatórios e fazer análises das propostas. -----

-----Para os grandes projetos estavam neste momento a trabalhar só 2 técnicos e uma jurista, e estava só a falar, em simultâneo, da Escola Navegador Rodrigues Soromenho, do Bloco da Mata, da Mata da Vila Amália, do Aqueduto do Cabo Espichel, do estacionamento do Cabo Espichel, do Centro de Saúde, e eram as mesmas pessoas que faziam a gestão e fiscalização das obras que estavam a decorrer. -----

-----Relativamente ao Tribunal a CMS ia ficar com a gestão e fiscalização e não iria lançar na plataforma o procedimento porque esse seria lançado pela Administração Central. -----

-----Respondendo depois ao Deputado José Guerra disse que o único procedimento que estava atrasado face àquilo que eram os acordos assinados das candidaturas que tinham sido aprovadas, era o da Escola do Conde 2. A CMS jogara um pouco com a submissão das candidaturas e com os prazos por forma a não cair tudo em simultâneo. Submetera a maioria das candidaturas. O PAMUS da Azóia só ia poder ser executado depois do saneamento, da água e de parte do pavimento fechado. A candidatura só seria submetida no final do ano propositadamente, para ganhar o prazo dos 180 dias até iniciar a primeira execução para dar espaço ao procedimento, e eventualmente, no final do ano, iniciar a obra. --

----- Quanto à questão da dívida de terceiros à Câmara Municipal de Sesimbra, colocada pelo Deputado Lobo da Silva, de 22 milhões de euros, disse que cerca de 9 milhões eram respeitantes a AUGI's, e 5 milhões de impostos. Disse depois que as AUGI's era um procedimento completamente diferente do resto da dívida de terceiros. Retirando as AUGI's não podia garantir que a CMS recebesse a verba toda. Da autoridade tributária existiam dívidas ainda da antiga contribuição autárquica, que estavam registadas e eram enviadas todos os anos. Muito dificilmente a CMS recuperaria 22 milhões de euros mas era o que tinha de registar. -----

-----Quanto à questão do Portugal 2020 todos estavam de acordo que não se podia descurar. Era um esforço que todos estavam a fazer num curto espaço de tempo, e mesmo sendo um período em que aparentemente existia uma execução financeira estável e que o Município aparentava boa saúde financeira em função de momentos anteriores, não era por se estar em momentos de maior dificuldade que a CMS deixara de fazer conforme sempre defendera na AMS. Grande parte dos investimentos advinham do Pacto que fora um modelo diferente de gestão dos fundos comunitários em que o Município ficara com um valor do sistema de perequação por um conjunto de prioridades de investimento diferentes, perguntando de seguida qual seria a imagem da CMS sobretudo junto das entidades gestoras se não conseguisse executar. Existia uma fraca execução ao nível do País e a CMS até

Ata nº 21 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

gostaria de ter uma execução mais rápida porque garantidamente aqueles que andavam na carruagem da frente eram mais beneficiados até em *overbooking*, e nas alterações que pudessem vir a acontecer de reafecção das verbas dos fundos comunitários, mas era a imagem da CMS que estaria em causa junto da entidade gestora. -----

-----Não havia razão para atrasos mas de facto era um volume grande que a CMS tinha de momento em mãos.-----

-----Quanto à questão colocada pelo Deputado Lobo da Silva sobre os trabalhadores disse que a informação fora verbal. O que podia acrescentar era que a CMS tinha muitas dificuldades sobretudo com empresas de construção civil concorrentes a Concursos e procedimentos. -----

----- Sobre a questão colocada pelo Deputado João Pólvora sobre o Parecer do ROC e as reservas e as políticas contabilísticas diferentes, o Presidente da CMS respondeu que as reservas eram exatamente as mesas do ano passado. Não tinha havido alteração.-----

-----Para além das reservas do ROC que eram idênticas ao ano anterior, o que era mais importante era o que ele remetia para a AMS recomendando a aprovação do balanço e demonstração de resultados e que fosse aprovado o relatório de gestão. -----

-----Sobre os estágios curriculares disse que eram estágios curriculares e não existia enquadramento legal para existirem estágios profissionais nos municípios. Sabia que eventualmente o governo se preparava para lançar um nova geração do PEPAL mas neste momento não existia enquadramento para estágios profissionais, nem enquadramento legal para se pagar os estágios curriculares a não ser que a CMS cometesse uma ilegalidade, nem existia enquadramento para que um estágio curricular pudesse ser transformado num posto trabalho efetivo, e portanto não conseguia perceber o objetivo da pergunta. --

----- Eram estágios curriculares oriundos de instituições do ensino superior, do ensino secundário e de escolas profissionais, como em todos os outros locais, em que a administração pública se regia pelas regras que muitas vezes eram aprovadas pela Assembleia da República sem conhecimento do funcionamento das Autarquias. -----

-----Quanto às questões levantadas pelo Deputado José Guerra disse que era um conjunto de questões que não conseguia responder. Não encontrava a viatura que tinha sido abatida do valor 145.000 €, relativamente ao valor das poltronas do cinema devia ser o valor que constava, assim como relativamente aos MOLOKS devia haver diferença entre eles para o valor ser diferente. Sobre a cadeira para criança que custara 8.000 € poderia ser para a sala de múltipla deficiência da escola. -----

-----Sobre as dívidas de cobrança duvidosa, disse que a CMS fazia aquilo que podia e tinha muitas

Ata nº 21 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

execuções fiscais a decorrer, mais do que aquelas que gostaria, mas nem sempre havia êxito na execução. Uma das situações para não haver êxito era o facto da autoridade tributária não fornecer os dados do domicílio fiscal para execução da dívida.-----

----- As dívidas sobretudo de serviço urbano, águas com saneamento e resíduos incluídos, a CMS, até chegar à execução fiscal demorava meses para não dizer um ano ou mais, se entretanto o cidadão mudasse de casa a CMS deixava de saber o contato do devedor que não poderia ser validamente notificado.-----

-----Era um problema das Câmaras Municipais e não havia forma de resolver. Apesar de vir na lei de finanças locais essa obrigação, a autoridade tributária continuava com a reserva e não fornecia os dados.

-----Sobre os resultados da AMARSUL à data da elaboração dos documentos a CMS ainda não os tinha. Ele fora aprovado há duas semanas.-----.

-----A OBRIVERCA apesar de desde 2014 a CMS ter uma ação judicial para reversão da parcela de terreno, tinha sido acordado no início de 2018 o contrato e já estava na posse do Município e a ação judicial contra a empresa fora anulada. -----

-----Sobre a apreciação que o Deputado José Braga fizera de que a rejeição das GOP's e Orçamento significava a rejeição do Relatório e Contas disse querer acreditar que não era assim.-----

----- A Prestação de Contas nunca podia ser uma estratégia diferente da aprovação das GOP's e Orçamento, no fundo traduzia a execução daquilo que fora aprovado, por unanimidade ou por maioria nos respetivos órgãos, mas queria acreditar que a apreciação das Contas não se fazia só em função daquilo que era o Orçamento e as GOP's. -----

-----Interveio em seguida o **Deputado João Rodrigues** que disse que a AMS tinha uma responsabilidade quando votava, e quando votava o orçamento devia ter a responsabilidade de o analisar. Ao longo dos anos existiam 12, 14, 18 alterações, compreendia que não tinham de vir todas à AMS mas deviam existir parâmetros para que as alterações fossem acompanhadas pela AMS. -----

-----**A Deputada Sandra Carvalho** disse que a AMS recebia trimestralmente a informação financeira atualizada. -----

-----**O Deputado João Rodrigues** respondeu que as alterações deviam ser acompanhadas das respetivas razões. Se a AMS era chamada a votar o orçamento porque é que não era consultada quanto às alterações. Disse que era sua convicção que existia pouca democracia porque democracia era liberdade e responsabilidade e quando defendia que a AMS devia ser consultada era por responsabilidade. Entendia que as assembleias deviam ter mais responsabilidade, não era por ser a

Ata nº 21 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

gestão da CDU ou do MSU, e entendia que a AMS devia ter uma informação antecipada daquilo que seriam as alterações do orçamento. Não estava a pôr em causa a atividade da autarquia mas também era verdade que votava num determinado momento e depois já não era ouvido ao longo do percurso. -----

-----Sobre as questões do pessoal disse que referira números e alertara para aquilo que refletiam. Se uma autarquia tinha um aumento de 4,5 milhões de euros de receita, um aumento de 22%, não podiam dizer que não era um ano excecional, e o alerta fora feito porque uma parte da receita era volátil. Não estava em causa investimentos, nem as despesas com pessoal no sentido da reestruturação das equipas, mas era preciso que alguém alertasse para a situação. -----

-----Interveio depois o **Deputado Paulo Caetano** referindo que há dois anos atrás não lhe ocorreria que tivesse que enfrentar um documento daquela magnitude. Na sua profissão não se cruzava com documentos parecidos e não tinha preparação técnica para olhar um documento daqueles.-----

----- Embora alguns deputados tivessem formação na área e conseguissem analisar os documentos, na verdade, para a grande maioria, era um exercício tremendo.-----

-----Era o segundo momento a que assistia à apreciação do Relatório e Contas, e as intervenções e respostas da CMS permitiam esclarecer alguns aspetos e a sensação que tinha sobre a diferença entre o Orçamento e as Grandes Opções do Plano votadas em dezembro e o Relatório e Contas do ano anterior votadas em abril, acabava por se confirmar. -----

-----Na sua opinião aquilo que era mais ou menos evidente como referira o Deputado José Braga, era que as opções políticas verdadeiramente ocorriam na votação do orçamento e das GOP's em dezembro, onde as apreciações políticas e as estratégias que cada força política entendia como as melhores para o concelho, eram feitas. Neste momento, votando o Relatório e Contas parecia-lhe um procedimento técnico, e o parecer e os documentos enviados pelo Revisor Oficial de Contas comprovava basicamente isso, nunca pondo em causa a qualidade, a seriedade, a competência técnica de todos os funcionários da autarquia que preparavam aquela documentação toda. -----

-----Mesmo com 16 páginas, quando recebera hoje a meio da tarde, a primeira coisa que fora ver no Parecer fora a recomendação para que a AMS votasse a favor do Relatório, e desse ponto de vista técnico não punha grande dúvida até porque o Revisor Oficial de Contas garantia que sim, que a qualidade do relatório era indiscutível e que a legalidade e todos os preceitos estavam cumpridos. Mas havia sempre uma apreciação política, feita em dezembro, e neste momento, apesar de existir aquele carácter eminentemente técnico do relatório, existia também alguma apreciação política que se podia ver no meio de toda aquela documentação. -----

Ata nº 21 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Como não conseguia apreciar as 1.146 linhas de rúbricas decidira pegar em 2 objetivos para verificar o que se tinha passado com a sua execução anual. A rúbrica com o objetivo 07 da Proteção Civil e o objetivo 10 da Defesa do Meio Ambiente, e quando verificara as execuções verificara que existiam uma série de linhas que tinham uma execução de 0% e depois tinha ido ver quanto é que estava previsto para essa rúbrica para o ano e gastara-se 0% de 200 €. Decerto seria apenas para manter a linha aberta, segundo aquilo que já aprendera num ano e meio, mas continuando a ver as taxas de execução de 0%, aquilo que lhe causara alguma impressão não era pelo facto de 0% executado, mas pelo facto de algumas das rubricas da proteção civil e defesa do meio ambiente, terem na sua perspetiva, uma relevância que considerava especial. -----

-----Por exemplo para a rúbrica do objetivo 07 / proteção civil, Programa 99 - Outras atividades – Ações de informação e prevenção, tinha havido uma execução de 0% do montante que estava previsto de 200 €, e já entrando numa apreciação política, perguntava se aquela ação só merecia 200 € e mesmo assim não se gastara nada e não havia problema? Era aquela a apreciação política a que queria chegar e causava-lhe alguma impressão porque lhe parecia que no âmbito da proteção civil a CMS devia estar a investir fortemente nas ações de informação e prevenção. -----

-----Quando chegava à defesa do meio ambiente assinalara outras áreas que também estranhara. Como é que podiam ter taxas de execução tão baixas com a agravante de terem montantes previstos tão baixos, dando em seguida o exemplo da Agenda 21 Local que aparentemente era uma linha aberta desde 2007 e que supostamente terminava em 2021, podendo provavelmente ser prorrogada, tinha uma taxa de execução de 0% de um montante previsto de 100 € apenas para deixar a linha aberta. Ou seja, a Agenda 21 Local era para constar mas não era para fazer, havia de ser, eventualmente, porque nos anos seguintes tinha 15.000 € e já fora gasto, nos anos anteriores, 430 €, o que eventualmente seria uma capa para guardar as respetivas fotocópias. -----

-----Reserva Natural Local da Lagoa de Albufeira que era uma iniciativa extremamente valorosa e que fazia todo o sentido, apesar de aparentemente a Lagoa de Albufeira ter uma consideração menor em relação às outras lagoas do país, mas em Sesimbra tinha um valor excecional, também tinha uma taxa de execução de 1,29%, gastara-se 73 €. Mas estavam previstos 30.000 € para os anos seguintes e este ano até estava previsto 5.800 €. Isto fazia alguma confusão se era ou não para levar a sério a ideia da Reserva Natural Local da Lagoa de Albufeira. -----

-----Prosseguiu a sua intervenção referindo a Rede de Percurso da Arrábida com 0 % de execução e nos anos anteriores 0 € e para este ano 200 €, perguntando se merecia alguma atenção ou se era para ser

Ata nº 21 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

tratado daquela forma.-----

-----Finalmente um projeto que nem conhecia “O parque do Pinheiro Grande da Quinta do Conde” que conseguia ter uma taxa de execução elevadíssima, quarenta e tal por cento porque gastara 209 € em 500 € no Programa 02 / Paisagismo, perguntando mais uma vez se seria ou não para levar a sério, e tinha para este ano de 2018 previsto o montante 15.000 € e tinham-se gasto 209 € no total, porque eram três linhas. - -----

-----A sua sensação era que no meio de toda aquela documentação existiam de facto todas aquelas contabilidades e balanço, mas na apreciação política, voltando a dezembro 2017, as opções e as decisões políticas tinham sido tomadas e neste momento estavam a votar um relatório técnico que não tinha a ousadia de sequer a questionar a qualidade de todo o trabalho que era feito no município, tendo total confiança nisso. Aparentemente o ROC também confirmava essa competência, mas não deixava de haver alguma apreciação política e aquilo que referira anteriormente fazia-lhe alguma confusão deixando o comentário ou a apreciação política se aquelas rubricas eram só para constar ou se existia a perspetiva de em algum momento se realizar alguma coisa naquelas áreas. -----

-----Interveio depois a **Deputada Sandra Carvalho** que disse que não tinha intenção de intervir mas ao ouvir falar de falta de democracia quis lembrar que poucas assembleias tinham tanta democracia como a de Sesimbra e no que dizia respeito à documentação que era distribuída e que era facultada aos deputados para poderem desempenhar a função na assembleia que era fiscalizar a atividade da Câmara Municipal, achava que era difícil haver mais democracia do que aquela que existia no momento. -----

----- A AMS recebia a informação trimestral com as correções financeiras que o orçamento ia recebendo a cada momento e a razão pela qual isso acontecia, recebia as deliberações da Câmara Municipal e os Deputados podiam pedir informação relativamente a cada um dos pontos. -----

-----A AMS podia, de facto, de ter acesso a toda a informação que queria e não podia dizer que não tinha acesso à informação e que só votava um orçamento e depois o que aparecia era uma coisa completamente diferente do orçamento. -----

-----Recordava que as regras para se elaborar os documentos, quer o orçamento quer aquilo a que se teimava em chamar de Relatório e Contas. eram cada vez mais apertadas e pormenorizadas em relação aquilo que existia há 10, 15, ou 20 anos.-----

----- Os Deputados da AMS tinham todos os elementos que necessitavam, podiam era não ter as competências nem o tempo que esta função, com a dignidade que tinha, deveria merecer para todos poderem desempenhar de forma mais competente, aquela que era a função eleitoral.-----

Ata nº 21 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Os Deputados da AMS não se podiam queixar de não haver democracia, de não votar documentos diferentes daqueles que tinham votado anteriormente ou de não ter acesso à informação porque de facto isso não correspondia à verdade. -----

-----Disse depois que compreendia os constrangimentos do Deputado Paulo Caetano porque ela própria não conseguia ler orçamentos. Achava que era um documento demasiado técnico e que só quem estava efetivamente na área ou tinha muita experiência conseguia escarpelizar melhor o orçamento. Ainda hoje tinha dificuldade em interpretar determinados aspetos do orçamento, mas isso não impedia a que qualquer deputado, quando recebesse o documento e quando reuniam as comissões, de colocar todas as dúvidas e até à votação voltar a coloca-las, para além de em qualquer altura no decurso do mandato colocar as questões que entendessem. -----

-----A Presidente da AMS vinha fazendo um esforço louvável para que a informação fosse prestada aos deputados a tempo e horas com a máxima brevidade e esclarecimento possível. -----

----- A AMS não tinha falta de democracia. Não podia era fazer daquele que era o papel dos deputados outra coisa que não o era. -----

-----Usou depois da palavra o **Deputado Fernando Patrício** que disse que ao contrário do que acontecia no passado, efetivamente hoje existia uma estratégia diferente, hoje a CMS não cobrava as taxas máximas de IMI e isso refletia-se no Relatório e Contas, eram 1.700.000 € que ficavam nos bolsos dos sesimbrenses e que não eram cobrados, era uma receita que a CMS abdicava em prol dos cidadãos.

----- Tomando o uso da palavra, o **Presidente da CMS** respondendo ao Deputado Paulo Caetano disse que ele tinha razão. Existia um conjunto de rubricas que no quadro da estrutura das Grandes Opções do Plano estavam abertas porque eventualmente poderiam ser utilizadas como no caso da Área Protegida Local. A CMS não as podia inserir a meio do ano porque isso obrigaria a autorização da AMS. Era uma ferramenta contabilística que todas as autarquias utilizavam. O objetivo era ter as rubricas o mais claras e especificas possíveis em função daquilo que eram os objetivos. -----

-----Em rigor o Município também podia optar nas Grandes Opções do Plano na parte do “paisagismo” colocar “recuperação de parques” e não colocar Parque Augusto Pólvora / Serviços / Outros bens / Parque infantil, e colocar só Parques do Concelho de Sesimbra / Reparação, Parques do Concelho de Sesimbra / Outros bens, Parques do Concelho de Sesimbra / Equipamentos, Parques do Concelho de Sesimbra / Obra, e isso também implicava que os serviços tivessem a perceção e que no trabalho de preparação do orçamento houvesse a maior clarificação possível daquilo que eram os objetivos definidos pelo próprio executivo do ponto de vista das prioridades e a quantificação, com o maior rigor possível,

Ata nº 21 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

dos investimentos que poderiam vir a ser realizados.-----

-----Essa ferramenta também permitia, sempre que era necessário, alterar o valor da rubrica dando em seguida o exemplo a empreitada da obra do saneamento da Azóia, em que a CMS fechara os trabalhos a mais, trabalhos a menos, erros e omissões com uma diferença de 80.000 €, que não constava nas Grandes Opções do Plano e fora preciso ir buscar às rubricas todas onde não se gastara e reforçar a rubrica do saneamento com pelo menos mais 80 ou 100.000 € para fazer face à empreitada. Aquela era a realidade do dia-a-dia. -----

-----O Deputado João Rodrigues dissera que a AMS devia ser consultada mas nem o Presidente da CMA a não ser que fosse uma situação extraordinária, era consultado. Estava nas mãos do Vereador que tinha o Pelouro porque em qualquer altura poderia ser necessário retirar de rubricas que se estimava não teriam execução e reforçar determinadas rubricas, dando em seguida o exemplo no quadro do regulamento do apoio ao movimento associativo porque os clubes tinham feito as candidaturas e ultrapassa o montante previsto, ou na aquisição de cadeiras para o cineteatro que entretanto se tinham danificado e não estava previsto. -----

-----Diariamente, os serviços faziam os pedidos de alteração orçamental em função dos procedimentos que estavam a decorrer no dia-a-dia e muitas vezes tinham que estar a picar rubrica a rubrica de outros serviços, os quais, passado uma semana, estavam a dizer que iam avançar com a rubrica. Era um trabalho que não era fácil mas não podia ser de outra forma porque senão a CMS parava. -----

-----Por isso é que existiam os órgãos executivos e os órgãos deliberativos. Os órgãos executivos tinham uma densidade ainda muito maior de informação do que a que prestavam aos órgãos deliberativos, e regras muito mais apertadas, e bem, do que era uma entidade privada, mas não era muito diferente do que era um Conselho de Administração e uma Assembleia Geral ou ter uma Direção de um clube e uma Assembleia Geral de um Clube. -----

-----Podia remeter à AMS as alterações / modificações do Orçamento e das GOP's que iam para conhecimento à CMS. Não fazia sentido informar a AMS sobre todos os procedimentos que tinham dado aso às alterações. -----

----- O sistema informático do orçamento não permitia que saísse um mapa com os dados solicitados mas não o chocava que no final do exercício se voltasse a fazer os mapas que o Departamento de Administração e Finanças fizera manualmente. -----

-----Sobre o alerta feito pelo Deputado João Rodrigues disse que era claro que o Município precisava de fazer investimentos e esperava que os conseguisse fazer num quadro de priorização de compromissos

Ata nº 21 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

assumidos, mas também era verdade que não se podia esquecer daquilo que eram as suas atribuições e competências. Muitas vezes era falado na AMS que era preciso mais limpeza, mais repavimentações, mais manutenções, e isso fazia-se com os serviços municipais. O Município de Sesimbra como muitos outros na AML com características especiais e uma forte incidência de segunda habitação, obrigava a um rácio de funcionários por habitante que talvez fosse ligeiramente superior aquilo que pudesse ter Freixo de Espada à Cinta garantidamente. Sesimbra tinha uma grande incidência de turismo, o que implicava também um mais amplo serviço de limpeza. -----

-----Respondendo ao Deputado Paulo Caetano disse que era verdade o que referira relativamente às rubricas, dizendo que existia uma rubrica que era o novo edifício municipal que estava no ano passado com 100€ e estava também este ano com 1000 € mas que no final iria acabar com 100 € porque provavelmente os 900 € iriam reforçar outras rubricas. -----

-----Disse depois que relativamente à Reserva Natural da Lagoa de Albufeira estava a ser preparado um protocolo de cogestão com o ICNF. Existia a informação que no mês de maio estaria concluído. Era uma intenção antiga que vinha de 2009 ou 2010. Fora à reunião da CMS há pouco tempo também para reforçar junto do ICNF aquilo que era a proposta da CMS de delimitação da Área Protegida Local e os fundamentos e pressupostos da mesma. A rubrica estava aberta para na eventualidade de alguma candidatura a CMS conseguir fazer algumas das intervenções que pretendia fazer sendo que algumas estavam identificadas. -----

----- Sobre a Rede de percurso da Arrábida disse que também tinha a ver com uma candidatura que a CMS fizera ao turismo e nem sequer fora ao Portugal 2020 e por isso é que estava aberta, e o Parque do Pinheiro na Quinta do Conde tinha um financiamento definido de 14.300 € no final do ano de 2018 e onde tinham sido cabimentados 13.911 € e quando se cabimentava significava que a CMS precisava de abrir um procedimento para fazer alguma coisa, e só tinham sido gastos 388,70 €, o que significava que a CMS tentara abrir um procedimento mas não chegara ao fim. -----

----- A verdade era que se olhasse para Atividade Municipal, a mesma rubrica deste ano tinha no Parque do Pinheiro 14.000 € e o respetivo cabimento de 13.909,09 com o respetivo compromisso o que significava que a CMS já efetuara o procedimento, já estava adjudicado e só faltava executar física e financeiramente. Transitava de um ano para o outro o cabimento e o procedimento. -----

----- Em 2019 também surgia o Parque de Alfarim com o valor de 100 €, que era uma zona onde a CMS queria construir um parque e colocava a rubrica porque se eventualmente surgisse uma candidatura e um financiamento já estava a rubrica aberta. -----

Ata nº 21 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Não havendo mais intervenções, a Assembleia Municipal apreciou o Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, e apreciou e aprovou, por maioria, com 14 votos a favor (12 CDU+2 PSD/CDS-PP), 1 voto contra do BE e 9 abstenções (7 PS + 2 MSU), os documentos de prestação de contas de 2018 e a aplicação dos resultados líquidos aprovados no exercício de 2018, apresentados pela Câmara Municipal.-----

-----Os Grupos Municipais do PS, PSD, MSU e BE, bem como o Deputado João Filipe Paulo Pólvora, a título pessoal, prestaram as seguintes Declarações de Voto.-----

-----Pelo Grupo Municipal do PS:-----

-----*“No âmbito da avaliação das contas da Câmara Municipal de Sesimbra relativas ao ano de 2018, o Grupo Municipal do Partido Socialista analisou os documentos inicialmente disponibilizados pelos serviços da autarquia, o Relatório e Parecer do Revisor Oficial de Contas e ainda alguma informação adicional solicitada aos serviços.-----*

-----*Refira-se antes de mais que, o Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação e prestação de contas de 2018 corresponde ao reporte do resultado da execução das Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal para o ano de 2018. Apesar dessas Grandes Opções do Plano e Orçamento 2018 não terem contado com a aprovação do Partido Socialista, o que agora se analisa é a capacidade da Câmara Municipal de Sesimbra em executar esse plano por si proposto.-----*

-----*Assim, relativamente aos resultados globais do exercício, do ponto de vista financeiro, o desempenho poder-se-ia considerar aceitável, com um resultado líquido de 2,3 milhões de euros. No entanto, verifica-se que esse desempenho foi obtido à custa de uma falta de capacidade de realização da despesa corrente prevista, não ultrapassando os 74%, facto que se traduz redução da prestação de serviços à população do concelho.-----*

-----*Saliente-se que esse reduzido resultado na realização da despesa corrente prevista contrasta com o empenho na coleta de receita junto dos munícipes, a qual ultrapassou 95% do valor previsto. Estes resultados demonstram bem a disparidade entre a pressão que é feita pela Câmara Municipal de Sesimbra no orçamento das famílias do concelho e baixo nível de exigência que é imposto na melhoria dos serviços que são prestados à população.-----*

-----*Relativamente ao investimento, releva-se o facto de ter sido dado início a um conjunto de projetos que o Partido Socialista sempre reclamou para o concelho, dos quais, uma parte considerável está a ser realizada com o apoio do Governo. Destacam-se nomeadamente, a construção do novo Centro de Saúde*

Ata nº 21 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

na Freguesia de Santiago, a requalificação e ampliação da Escola Navegador Rodrigues Soromenho, o Aqueduto e zona envolvente do Cabo Espichel, o novo Tribunal, a Capela de São Sebastião, o Bloco da Mata e Mata da Vila Amália, a Construção do Auditório da Quinta do Conde, o Centro de Recolha Animal (Canil Municipal), entre outras.-----

-----Apesar do registo desse início de projetos relevantes para o Concelho de Sesimbra, não pode este Grupo Municipal abstrair-se da reduzida taxa de execução global do Plano Plurianual de Investimentos do município, que no ano de 2018 não ultrapassou os 57%.-----

-----Conclui-se assim que o resultado líquido positivo registado nas contas da Câmara Municipal foi atingido com o sacrifício de muito investimento.-----

-----E porque o investimento de hoje corresponde a poupança no futuro e à possibilidade de algum alívio do esforço fiscal das famílias nos próximos anos, é com preocupação que o Partido Socialista constata a reduzida taxa de execução dos investimentos que a Câmara Municipal se propôs realizar em 2018, particularmente nos domínios do Saneamento e Salubridade, com uma execução inferior a 48%, do Desporto, com uma execução inferior a 35% e, mais grave, da Ação Social, cuja execução não atingiu os 19%. Considera-se que o fracasso na concretização destes objetivos não é de todo coerente com o discurso da CDU, quando diz defender “Uma Política Patriótica e de Esquerda”.-----

-----Face ao exposto, o sentido de voto do Grupo Municipal do Partido Socialista relativamente ao Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação e prestação de contas de 2018, é a abstenção, concordando, no entanto, com a proposta de distribuição dos resultados líquidos do exercício de 2018.”-----

-----Pelo Grupo Municipal do PPD/PSD:-----

-----“Decorreu no dia 10 de abril de 2019, a reunião do Executivo Municipal em que foi aprovado o relatório de gestão e contas referente ao ano de 2018. Este documento espelha a realidade financeira e económica do município, refletindo também a capacidade do Executivo em cumprir os compromissos assumidos em sede de orçamento. Este aspeto é particularmente relevante uma vez que a exigência e o rigor na gestão pública são cada vez mais uma marca que a equipa encarregue da gestão municipal em Sesimbra pretende impor.-----

-----O Plano e Orçamento da Câmara são documentos importantes da vida de um Município. Neles estão, as principais orientações, prioridades e as opções do investimento municipal.-----

-----Tal como aconteceu no ano anterior, o Relatório de Gestão e Contas foi aprovado com os votos favoráveis do Presidente do Município e dos vereadores eleitos pela CDU e o vereador do Partido Social

Ata nº 21 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

Democrata, tendo merecido uma abstenção e um voto contra por parte dos vereadores eleitos pelo PS. Esta situação, embora configure um direito inalienável em democracia, é algo que se lamenta e que dificilmente se compreende pois estabelecem as principais linhas políticas e de atuação da Câmara Municipal e em que, portanto, diferentes partidos terão diferentes opções e diferentes sentidos de voto, o Relatório de Gestão e Contas é essencialmente um documento técnico e verdadeiro. -----

-----Passemos então ao documento propriamente dito e àquilo que nele consta. -----

-----Ainda assim, Sesimbra, começa a fazer história por chegar ao fim do exercício com mais um saldo positivo nas suas contas. -----

-----O Município de Sesimbra encerrou as contas referente ao exercício de 2018 com um resultado líquido positivo no valor de 2,3 milhões de euros, significando que o Município foi contido nas suas despesas. Este facto significa também que o Município terminou o exercício sem dívidas. -----

-----O Município é um dos maiores empregadores e dinamizadores económicos da região, dá assim o exemplo e reafirma-se como boa pagadora, amiga das empresas e da economia. Este aspeto é fundamental para atingirmos o objetivo de ser um concelho atrativo para o investimento. -----

-----Ao nível da execução da receita, ou seja, do cumprimento daquilo que havia sido inscrito em orçamento, o Município atingiu o valor de 45.001.868€. Como é sabido, existe hoje uma imposição legal da execução, sob pena de haver prejuízos para as autarquias. -----

-----Por tudo o que acima é descrito, a equipa do Executivo Municipal considera que 2018 foi um ano extremamente positivo no que diz respeito aos seus principais indicadores económicos e financeiros. A procura contínua de corresponder à confiança que nela foi depositada pelos eleitores, não pode ser defraudada e é isso que a motiva diariamente. -----

-----O ano de 2019 continua a ser um ano com grandes desafios, e um ano de oportunidades no que respeita ao Portugal 2020. Os projetos, levam o Executivo a encarar o futuro com muita esperança e uma vontade cada vez maior de servir os seus concidadãos. -----

-----Para concluir, agradecer a todos os trabalhadores do município, assim como a participação das instituições, movimentos associativos, agentes económicos locais e a todos os munícipes. -----

-----Pelo Grupo Municipal do BE: -----

-----“O programa eleitora do Bloco de Esquerda que apresentamos nas últimas eleições autárquicas não foi o escolhido pelos munícipes mas continua a ser aquele que acreditamos ser uma alternativa credível e o mais correto para a defesa do nosso concelho. -----

-----As nossas diferenças com o executivo são bem claras, em questões centrais como a defesa do

Ata nº 21 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

ambiente, urbanismo, repovoamento da Vila, na recusa do turismo de massas que é vendido, e outros. --

-----Se na cultura a CMS deu passos que consideramos importantes melhorando a sua qualidade, para os munícipes e visitantes, consideramos que falta ainda muito, passos que serão difíceis de dar enquanto se apostar neste turismo de massas e não no cultural, religioso, aproveitando o edificado histórico, a história e as tradições do nosso concelho. É este modelo de turismo que a Câmara devia vender nas Feiras Nacionais e Internacionais. -----

-----O Bloco de Esquerda é um Partido Político e tanto o BE como as outras bancadas, quando tomamos decisões, são decisões políticas.-----

-----O voto contra do Bloco de Esquerda sobre a prestação de contas e gov's aprovadas por uma coligação política diferente do que defendemos para o concelho é um voto político e não técnico, muito menos de contagem de cêntimos."-----

-----Pelo Deputado João Pólvora foi prestada a seguinte Declaração de Voto:-----

-----"O Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respetiva Avaliação e a Prestação de Contas de 2018 materializam e mensuram um conjunto de práticas e políticas da CDU, práticas e políticas essas que não são as que o Partido Socialista defendeu no seu programa eleitoral e que tem defendido, por diversas vezes, tanto neste fórum, Assembleia Municipal, como no órgão executivo, Câmara Municipal.-----

-----As práticas autárquicas são, no meu ver, pouco democráticas e pouco transparentes, onde destacaria a entrega fora horas de documentação relevante, como a Certificação Legal de Contas produzida pelo Revisor Oficial de Contas, a não transmissão online das reuniões do Executivo Municipal e da Assembleia Municipal e o desrespeito pelo princípio da proporcionalidade na Assembleia Municipal, aspeto fundamental da Democracia Portuguesa e de qualquer democracia ocidentais europeia.-----

-----Em termos de políticas, as mesmas vão ao encontro dos objetivos estratégicos da CDU e negligenciam aspetos, no meu ver, fundamentais para o desenvolvimento do concelho e para a qualidade de vida das suas populações, onde elencaria:-----

-----Política fiscal - O aumento da receita fiscal permitiria reduzir a carga fiscal sobre as famílias do município, o que permitiria aliviar os encargos fiscais dos cidadãos do concelho e assim aumentar os seus rendimentos;-----

-----Desenvolvimento económico - Ausência de investimentos e medidas de fomento ao tecido económico, que procurem captar investimento, que incentivem a criação de emprego pelo sector privado e que consequentemente permitam aumentar e qualificar empregos no concelho;-----

Ata nº 21 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----*Combate à desertificação da vila de Sesimbra – A população local residente na vila de Sesimbra encontra-se a diminuir de forma galopante, não prevendo o documento medidas expressivas de minoração desta realidade;* -----

-----*Habitação – Um conjunto de indicadores de rendimento e do mercado imobiliário indiciam um grave problema de habitação no concelho, similar ou pior ao de outros concelhos na Área Metropolitana de Lisboa, onde a habitação apresenta preços proibitivos para a classe média e jovens.* -----

-----*O documento não prevê medidas no âmbito de uma estratégia de habitação municipal, o documento não contempla medidas que procurem proteger os cidadãos da evolução dos preços do mercado imobiliário, aliás como tem sido feito em vários outros concelhos da Área Metropolitana.* -----

-----*Em suma, o meu sentido de voto, de abstenção, na votação do Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respetiva Avaliação e Prestação de Contas de 2018 e Aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2018 deve-se à disciplina de voto no seio do Partido Socialista de Sesimbra, pois se não o meu voto seria contra, em sintonia com o sentido de voto de um dos vereadores do Partido Socialista, visto que considero que o relatório de avaliação e prestação de contas materializa práticas que, por ação ou omissão, não me revejo e que negligência aspetos que considero essenciais para a qualidade de vida da população do concelho.* -----

-----*Não havendo mais nada a tratar, foi encerrado o “Período da Ordem de Trabalhos”, tendo sido feita a leitura da ata em minuta da presente reunião, que aqui se dá como inteiramente reproduzida para todos os devidos e legais efeitos, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade, procedendo-se de seguida à respetiva assinatura.* -----

-----**A Presidente da Assembleia Municipal** declarou encerrada a reunião era uma hora e quarenta e cinco minutos. -----

-----*Para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Presidente, pelos Secretários e pelos Membros que o desejarem fazer.* -----

Ata nº 21 – Mandato 2017-2021